

Pauta: Problemas nas escolas: falta de RH, materiais pedagógicos e inclusão

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (14h17min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE. Boa tarde. Estão presentes o Ver. Giovani Culau e Coletivo, o Ver. Jonas Reis, o Ver. Gilson Padeiro e este vereador, Mauro Pinheiro, presidente da comissão. A nossa pauta hoje é sobre os problemas nas escolas, falta de RH, materiais pedagógicos e inclusão, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, que fez o pedido para esta comissão tratar dessa pauta. Convidamos para compor a Mesa a Sra. Cleusa Leppa, a Sra. Josiara Souza e a Sra. Anelise Prates, da SMED; a Sra. Rosele Cozzo Bruno de Souza e a Sra. Roselia Siviero Sibemberg, da ATEMPA; Sra. Elisabete Charão, do Simpa. Registro a presença do Ver. Giovane Byl. O Ver. Jonas Reis, proponente desta pauta, está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado Presidente Mauro Pinheiro; vice-presidente, Ver. Gilson Padeiro, pela acolhida da pauta; cumprimento os colegas, Ver. Giovane Byl e Ver. Giovani Culau e Coletivo. Nossa comissão tem se dedicado muito ao tema da educação, é o tema que mais a gente tem abordado aqui, acho que isso é salutar para a cidade, a gente sabe o desafio histórico desta área, uma área que, apesar de ter os mínimos constitucionais, ainda tem muita gente fora, não conseguiu alcançar ainda o direito à educação. E a educação especial, a gente sabe que tem um avanço científico da área, das discussões, de projetos pedagógicos, propostas, mas ainda a gestão pública, não falo aqui só do Município de Porto Alegre, mas falo também da rede Estadual que está aquém das necessidades, e as professoras, professores, Presidente Mauro, muitas vezes se sentem sozinhas, sozinhos nas escolas com esta temática. Aqui falo como pedagogo formado, esta não é uma temática que a gente aborda tão profundamente na graduação, a gente tem, às vezes, uma, duas disciplinas de Educação Especial e depois o professor, quando faz concurso, é jogado na escola e a escola, então, tem uma diversidade enorme com a qual a gente, muitas vezes, não tem os instrumentos pedagógicos, didáticos necessários a construir. E aí, o professor está lá subsumido em 40

horas de aula 60 horas de aula e a ausência, às vezes, de políticas de formação continuada em serviço que poderiam vir a superar esse desafio da formação inicial. No Rio Grande do Sul, a gente tem apenas a Universidade Federal de Santa Maria que tem o curso de Educação Especial, que forma o professor com uma bagagem teórica e prática mais robusta. Então existe esse agravante que é próprio da área da Educação e hoje nós estamos tendo, cada vez mais, a necessidade de uma escola para todos, para todas, que todos possam conviver, mas qual é o grande limitador? É a potencialização dos sujeitos, na verdade a escola como está organizada hoje não acolhe como deveria, ela não cuida como deveria, ela acaba segregando; o diferente acaba sendo excluído. Então, na verdade, nós temos, eu diria – não sou eu quem digo, são os teóricos –, muitas vezes uma inclusão excludente, porque o estado cria, propõe, mas ele não dá o subsídio da continuidade da implementação das políticas. Nós temos, inclusive, leis, como o Plano Nacional de Educação, a própria LDB, nós temos as diretrizes curriculares só que são dificultadores que acaba a gente tendo que discutir, a cada nível, a cada rede, criar as suas proposições, as suas propostas. E aí falo aqui da Comissão de Educação, pelo passado esta Comissão foi, visitou as quatro escolas de Educação Especial da rede, que tem um trabalho fantástico, muito importante, tem uma história, tem o Fórum de inclusão que também tem todo um conteúdo histórico que a gente quer também poder estar ouvindo um pouco, através da SMED, através da Associação dos Trabalhadores em Educação, do sindicato que também está aqui. Mas o que a gente vê como problemas, Presidente, nós temos identificado ainda uma falta de RH e por isso é muito importante a presença da professora Cleusa Leppa, que é coordenadora dos Recursos Humanos da SMED, para nos trazer um panorama de como está a situação, de como estava no início do ano, qual a perspectiva de futuro. Depois eu posso aqui trazer alguns dados também a gente colhe junto às escolas, conversa, alguns vão se transformando, vão mudando. A gente também gostaria de saber como está a situação do concurso para educação especial; qual é a ideia que vocês têm dessas quatro escolas e das demais; qual é a necessidade que tem hoje de RH para salas de integração e recursos, eu me lembro que

tinham algumas que estavam até sem professor, estavam fechadas no ano passado. Eu não tenho, agora, esse panorama preciso, mas, talvez, a ATEMPA tenha também, porque a ATEMPA vem de uma assembleia recente em que os professores discutiram, trouxeram os problemas da escola.

Em resumo, a nossa pauta é a inclusão e todas as suas dificuldades e a possibilidade de nós aqui, como Comissão, ajudarmos esta pauta da cidade que é uma pauta que, na verdade, os pais e mães, muitos, talvez não saibam que nós estamos tendo esta discussão aqui. Muitos pais e mães, inclusive, que estão reivindicando, pela Defensoria Pública, monitores para acompanhar seus filhos, não sabem. Então este é um esforço nosso, coletivo da cidade, para qualificar, cada vez mais, a rede de ensino garantindo o direito à educação. O que o Brasil fez no último período, que é importante lembrar? Ele garantiu vagas, matrículas, mas ele, muitas vezes, não garante a aprendizagem, não é só estar matriculado numa turma que vai garantir a aprendizagem. Às vezes aquele aluno precisa de uma monitora junto que vai auxiliar ele em algumas dificuldades para que ele possa se desenvolver na sua melhor forma. Esse é o propósito de ter a monitoria, e por isso, hoje, estamos fazendo este debate. Hoje tem uma lista de 300 pessoas que passaram no concurso, que desejam atuar como monitoras, monitores, a Elisabete que está aqui também, ocupa este espaço na Prefeitura como concursada, pode dar um relato, Bete, do ponto de vista de como é o trabalho hoje das monitoras na cidade; quais são as reivindicações e o que poderia ajudar vocês a construir uma profissionalidade com maior qualidade, para além dessa que a gente sabe que é muito boa, pessoas muito dedicadas, eu conheço várias, vocês também. A gente está aqui, realmente, para somar e tentar superar os desafios e, nesse sentido, eu quero passar, inicialmente, a fala para a SMED para nos dar um panorama da situação das coisas que já foram feitas e das coisas que tem para fazer; qual é a proposta de vocês para este ano e para o próximo ano para superar esses gargalos que a gente tem históricos. A Sra. Josiara Souza, da SMED, está com a palavra.

SRA. JOSIARA SOUZA: Boa tarde a todos e todas. Eu sou uma mulher de pele parda, tenho cabelos castanhos claros com luzes, hoje eles estão meio presos, eu estou usando um óculos de grau, estou usando uma blusa cor terra com um lenço atravessado e o crachá de trabalho e uma saia em cor cru. Eu sou professora da Educação Especial, trabalhei tanto na sala de recursos como na Escola Tristão. Gostaria de cumprimentar o Ver. Mauro Pinheiro e os demais vereadores. Concordo muito com algumas coisas da sua fala e penso que são muito importantes esses momentos, Ver. Jonas, para nós compormos juntos, para nós construirmos juntos e a importância de termos pais e associações junto conosco. Hoje de manhã recebi, do Conselho Nacional de Educação, dados de que temos 86% das nossas crianças com deficiências incluídas, mas incluídas e matriculadas não garante a aprendizagem. Elas estão numa escola, mas nós não sabemos se elas estão com acesso garantido. Nós temos muitas diretrizes para a educação ainda que estão sendo encaminhados pelo Conselho Nacional de Educação. E hoje de manhã, a professora Sueli Melo de Castro Menezes dizia que as próprias diretrizes para a educação das crianças autistas estão sendo construídas, estão na metade do caminho e deve estar saindo uma resolução já do Conselho Nacional com diretrizes para as altas habilidades e superdotação. Eu trago isso porque a gente precisa trabalhar, olhar mais, falar da intersectorialidade. Aqui na rede nós temos hoje todas as salas de recursos com professores, algumas com professores contratados, porque o concurso, a gente foi avaliar e até chegar à nomeação, o professor chegar na escola, seria em agosto e é muito tempo ficar sem este profissional. Agora nós estamos reabrindo novamente a contratação porque faltaram 32 professores. Muitas pessoas se inscreveram, fizeram processo e por outras opções não assumiram, então nós continuamos necessitando de profissionais para a sala de integração e recursos. Nós temos uma sala hoje que a gente está providenciando uma professora porque o professor saiu uma licença aposentadoria no início de abril, ele não sabia, ele não tinha feito a previsão, foi uma surpresa para ele de que já poderia tirar a sua licença, e é um direito que ele tem, então nós precisamos e estamos trabalhando para repor na escola Ana Iris. Ademais, nós temos

trabalhado com pequenos fóruns regionais, primeiro com as ECEIs e com as EMEIs porque entendemos que essa fase inicial da infância é muito importante. Nós temos um grupo de professoras que atendem na escolarização precoce e na psicopedagogia inicial que estão junto com a professora Mara que está na SMED, fazendo essas formações, porque não é a questão da deficiência. Nós temos que pensar no desenvolvimento da infância, no desenvolvimento da criança. Se o desenvolvimento dela não está bom, não está dentro da faixa, não quer dizer que ela vai ter uma deficiência, mas ela já tem direito de ter um olhar. Ela já tem direito de que vejam o que está acontecendo para que se façam os encaminhamentos devidos. Nós estamos nas escolas de ensino fundamental e também na educação infantil, com um grande número de crianças já com diagnóstico TEA. É a nossa demanda maior hoje na rede, nós não sabemos se é algo porque tem uma avaliação agora ou o que aconteceu, mas nos Estados Unidos os últimos dados são de que a cada 36 crianças, uma tem TEA. No Brasil, infelizmente, isso hoje de manhã, quem acompanhou a sessão dos senadores, no dia 12 de abril e ouviu a diretora da SECADI que está sendo reativada, a professora Zara, ouviu ela falar que no Brasil nós temos um grande dificultador que é não ter dados. Nós precisamos de dados para fazer políticas públicas e nós não temos, tanto é que nós não temos que no nosso Censo, nós tínhamos um deputado que tem dois filhos autistas e o caso dele foi aquele que pegou o Censo mais reduzido. Então embora os pesquisadores digam que é possível fazer uma estimativa, a gente sabe que são dados que não são tão verdadeiros e nós precisamos, para a política pública, desses dados indicadores para ter uma política mais assertiva, mais correta. E isso não sou só eu que digo, são os grandes estudiosos também. Eu estava acompanhando a professora Rosângela Machado, na sua fala, como diretora da SECADI que já foi recolocada no MEC, no dia 18, e ela colocava exatamente isso, o quanto nós precisamos em alguns momentos qualificar os nossos serviços porque hoje é o que nós precisamos, o quanto nós precisamos formar grupos de trabalho em todo país, porque são realidades muito diferentes, e algo que me chamou bastante a atenção da nova proposta que a gente vai receber, que serão quatro eixos, a gestão inclusiva,

compromisso e o processo de implementação e de qualificação dessa gestão que já existe, o enfrentamento nas questões dos preconceitos, a acessibilidade, a participação social, mas o quanto nós precisamos também trabalhar com não somente a questão da avaliação, mas a avaliação biopsicossocial porque hoje a escola, muitas vezes, faz a sua avaliação, mas ela faz a sua avaliação pedagógica. O nosso papel, enquanto escola, é pedagógico. Nós, antes de recebermos um diagnóstico, nós recebemos uma criança e nós temos que ter muita clareza nisso. Nós temos que ter clareza também em olhar o que é da criança e o que é um diagnóstico do autismo. Nós não podemos juntar tudo como autismo e pronto. Então a gente precisa ter esse olhar diferenciado. Nós também não temos ainda – e hoje ouvindo a nossa conselheira – essas diretrizes que vão nos ajudar a pensar também aqui no Município, aqui na ponta. Em outro espaço e momento em que eu estive aqui, eu disse que os nossos últimos anos foram muito difíceis para a educação especial, porque nós não tivemos realmente verbas, nós não tivemos estímulos, nenhum fomento do governo federal. E a gente sabe que o Município também precisa disso. E também nos dá uma certa felicidade em saber que já estão sendo sinalizados alguns processos, alguns projetos de retorno como a salas multifuncionais, porque a nossa rede recebeu verba, no passado, tem escolas que ainda têm essa verba, ainda estão aplicando esta verba, que era de R\$ 42 mil, R\$ 50 mil para qualificar as salas. E algo muito importante, continuam as plataformas de formação do MEC, que nós já tínhamos com dois cursos em autismo e outras áreas, mas eles também vão ser qualificados e melhorados para envolver a gestão e também envolver o professor de sala de aula, porque o professor do AE, o professor da Sala de Integração e Recursos tem um tempo para ficar com a criança para fazer avaliação, ele pode até acompanhar em sala de aula, mas ele não fica as quatro horas. Então nós vamos, sim, pensar no professor que está mais tempo com essa criança, porque a aprendizagem, aí nós vamos poder ter índices e dados. Também trago para os senhores que nós, juntamente com os professores da Sala de Integração e Recursos, decidimos fazer uma avaliação própria dos nossos alunos de inclusão, não usar a avaliação diagnóstica que é aplicada e nem pedir uma adaptação de

uma empresa ou adaptação de um grupo de trabalho. A gente já fez em outros momentos, eu inclusive, logo que cheguei na SMED, fiz isso, fiz grupo de trabalho e nós montamos uma avaliação. Mas nós nos demos conta de que, se o aluno tem um PDI individual, ele é trabalhado individualmente em algumas questões, como eu acabo adaptando uma prova igual para todos? É quase como se eu trabalhasse inglês todo dia com meus alunos e aplicasse uma prova em alemão. Aí os dados também não me dão índices de aprendizado, porque nós também precisamos desses índices para criar as políticas públicas. Então junto com o grupo de trabalho das próprias Salas de Recurso, nós estamos elaborando, os professores estão fazendo objetivos, vendo habilidades que nós pensamos que o nosso estudante possa ter atingido ou que nós possamos avaliar e como nós vamos avaliar. Alguns nós vamos avaliar na Sala de Recursos, mais teórico, alguns nós vamos avaliar na escrita e tem casos que nós vamos usar até a tecnologia para avaliar. Isso foi um consenso do próprio grupo de professores da educação especial da rede municipal. Também entendemos que tem alunos que, embora tenham uma deficiência, conseguem fazer aquela avaliação, só precisam de um espaço diferenciado, às vezes num lugar que não seja tão barulhento, precisam de um leitor. Isso nós conseguimos entender e conseguimos ver que é possível, sim, ser feito em alguns casos. Então ficou muito para avaliar, dentro da escola, o que cada um considerava importante. E este espaço aqui, mais uma vez, eu vou dizer para os senhores que nós temos hoje um dos nossos projetos mais importantes que é o Alfabetiza+ POA que não deixa de incluir as nossas crianças, quando estão primeiro ano, porque eu não alfabetizado 18 alunos e 3 alunos com deficiência; eu alfabetizo os 21 alunos, como professor em sala de aula. Então a gente tem esses cuidados e vai se dando conta das formas como se fala, das formas como se refere ao aluno e a forma de trabalho também que a gente tem. E nós queremos uma escola para todos, não negamos que estamos trabalhando duro para repor os profissionais que faltam, estamos trabalhando com a questão de formação dos professores que estão chegando nas Salas de Recurso, já vamos fazer reunião separada com eles, alguns nós estamos liberando para ir em outra sala também,

fazer uma visita, fazer um olhar, porque é importante a troca entre os colegas. Uma vez por mês nós temos uma reunião geral, e quinzenal tem uma reunião por região, porque as nossas regiões, pode não parecer, mas é incrível, elas são muito diferentes umas das outras, e dá diferença também no trabalho, muitas vezes. As nossas ECEIs e EMEIs também estão no nosso guarda-chuva, também estão sendo trabalhadas. Eu vou passar agora para a Cleusa falar um pouquinho sobre a questão do RH, pois ainda temos algumas faltas. E nós temos a questão do concurso que já foi feita a prova, nós nos preocupamos, não tivemos um número tão grande de inscritos, sempre tem aquela abstenção, as pessoas que não comparecem, e nós temos pessoas que estão conosco, já contratadas, que fizeram e já nos sinalizaram que passaram, o que, para nós, é muito bom, porque as pessoas, elas eram 20 horas, 30 horas, porque é um contrato, com medo de perder o outro emprego. Se elas passarem e ficarem efetivas, elas estarão compondo conosco, na rede, 40 horas e elas já estão conosco, já conhecem a comunidade, já têm um vínculo. Por que é que o AEE, mais do que nunca, precisa ser um profissional concursado? Por causa das questões de vínculo também, nós precisamos ter esse aluno tranquilo, seguro no espaço escolar; essa troca entre os professores, não que não seja um desafio, porque o professor do AEE não é um milagreiro, ele é um estudioso como outro profissional da rede, ele não tem as respostas, principalmente quando se fala em autismo. Cada aluno é único. Às vezes, a gente tem irmãos, irmãos gêmeos, e é completamente diferente a proposta de trabalho. Esses casos a gente tem que avaliar, temos oito encontros, no mínimo, para avaliação, ou mais; tem, às vezes, que visitar a casa. Por que é que é tão difícil, às vezes, parece que o professor não está atendendo um número x tão maior de alunos? Porque nós precisamos dessa dedicação, nós precisamos ter esse planejamento individual. Tu tens que conhecer o aluno, tu tens que vincular com ele. O concurso, logo, logo, deve estar vindo a homologação, mas é um processo mais lento, a gente sabe. Até o professor chegar lá na escola, nós estamos em agosto, tem todos os trâmites legais e termos legais que a gente sabe que tem que dar. O AEE, que deveria ser, a Sala de Integração e Recursos no contraturno, o ano

passado, quando nós estivemos com o MEC aqui em Porto Alegre, nós conversamos sobre isso também. Alguns casos nós atendemos no turno, ou porque a família não consegue trazer, ou porque é o tempo que o estudante tem de suportabilidade de sala de aula. A gente consegue atender, muitas vezes, ele ali naquele espaço que ele está, e algumas vezes a gente entende que o aluno tem várias outras atividades, terapias que ele precisa ir no outro turno, e nós não vamos tirar esse direito, que é um direito médico dele, então nós atendemos no próprio turno. É algo importante a gente dizer também. O que é que nós hoje defendemos? Essa avaliação biopsicossocial. Nós estamos defendendo junto com o centro de referência do autismo – que nós esperamos que, neste mês agora, início do que vem, já seja inaugurado –, porque nós precisamos dessa avaliação, nós precisamos compor junto com esses profissionais, onde tem também um período de formação, de matriciamento. Essa criança vem, é avaliada, mas também tem a devolutiva para escola, o acompanhamento, e algo muito importante, que é cuidar de quem cuida, cuidar dessa família, geralmente mãe solo, ter atenção para essa avó; muitas vezes, dependendo das regiões, são só as avós, porque elas sozinhas têm muita dificuldade. Às vezes, elas chegam na escola com um entendimento, a criança até consegue ficar, mas o entendimento da família não é esse, não é aquele espaço que ela quer, ela quer uma escola com menos crianças, com menos barulho, e, às vezes, é o atendimento à família que tu precisas dar, e tu precisas ter esse olhar. A gente sabe que elas já foram a muitos espaços em busca de terapia, já tiveram muitas dificuldades, então, muitas vezes, parece que a escola não acolheu, e aí a gente tem que estar junto, para fazer esse acolhimento, para fazer os encaminhamentos para que a escola consiga ficar com aquela criança, para que aquela criança fique bem ali, é o espaço dela sim. É claro que quem já deu aula aqui, e eu tenho muito tempo de primeiro ano, se vocês gravarem uma sala de aula hoje, gravariam minha sala de antigamente, a gente está lá, o que fazendo? Conversando, alguns momentos; brincando, alguns momentos; falando, alguns momentos; jogando; alguns momentos bastante barulhentos, outros mais tranquilos, de sistematização, que é o que acontece. Às vezes, tem que explicar

até isso para a família. Por que, em alguns momentos, tem aquele burburinho de escola, de sala de aula? Porque são momentos de jogos, são momentos de troca e não existe espaço mais saudável para uma criança que a sala de aula, embora a gente saiba que, às vezes, conosco lá, professor ou o monitor, pode acontecer uma ralação de joelho, pode acontecer de alguém que tem o hábito de morder um colega, eu digo isso, porque tive a minha filha mordida lá no maternal. Tranquilo, foi um coleguinha, depois se desculparam, a professora fez tudo aquilo que a gente faria como professora também, se desculpa, segue junto, segue lá no brinquedo, já fica atenta na próxima vez. Mas são coisas que acontecem em escola, é o dia a dia da escola, é um movimento muito vivo, é um espaço que a gente precisa estar atento, precisa estar acolhendo essas nossas famílias. Eu volto a dizer aqui o que eu acho que já disse na outra sessão: as nossas escolas ficam em espaços bastante vulneráveis, então a inclusão ultrapassa muitas vezes até a criança que tem a deficiência. Ela é o espaço, muitas vezes, de segurança, ela é o espaço de segurança alimentar dos nossos alunos, e nós precisamos ter esse olhar diferenciado. Eu hoje ainda dizia que uma das deficiências difíceis para nós identificarmos na escola e trabalharmos é a deficiência intelectual, porque nós não temos uma equipe multidisciplinar para avaliar. Isso é muito pouco no serviço, e nós temos crianças que, muitas vezes, vêm de uma casa muito vulnerável, elas nem teriam uma deficiência intelectual, elas têm é falta de recursos, é falta do direito da sua infância, do seu brincar. Eu gosto muito de me referir à 5ª unidade, porque é onde eu trabalhei bastante. Nós sabemos o que é quando essa criança chega na escola sem nunca ter participado de outro espaço escolar, ter convivido só ali na comunidade. Então a escola é o espaço da segurança, é o espaço do colorido, é o espaço da arte, é o espaço do belo, e nós temos que oferecer isso. Nós, quando estamos aqui, por isso, novamente, me sinto muito feliz por os senhores estarem fazendo essa conversa, que possamos ter outras, outros momentos até com outras pessoas também... Ontem, anteontem, eu assistindo à Câmara dos Deputados, tinha um vereador lá, e eu pensei que a gente podia também um dia ter alguém na Câmara dos Deputados, ter alguém da SECADI para conversar conosco, porque isso é

importante, isso faz a diferença aqui na ponta. E que essas políticas venham também para nós, enquanto município, podermos juntos trabalhar, podermos tomar como nossas também, porque a gente sabe que o MEC está trazendo essas políticas e que, logo, logo, nós poderemos ampliar o nosso trabalho, aprimorar e consolidar, que é o que nós precisamos hoje. Agora eu vou passar para a Cleusa, me disponho para vocês. Eu até tinha colocado um título para a nossa fala – Realidades, Perspectivas e Desafios da Educação Especial na Educação Inclusiva. Eu misturei tudo, acho que me perdi um pouco, mas estou à disposição dos senhores.

SRA. CLEUSA LEPPA: Uma boa tarde a todos e a todas, eu sou Cleusa Leppa, estou nessa rede há muitos anos, há 33 anos eu estou nessa rede, tenho uma longa caminhada, conheço a maior parte das escolas, conheço todas as escolas. A gente, no momento em que assume o RH – e eu já tinha experiência de RH nessa rede também, em outra gestão –, assume com o compromisso de fazer acontecer isso tudo que a Josiara traz enquanto política pedagógica neste município. A gente tem muita ciência de que, para que isso aconteça, a gente precisa ter o quadro de RH das escolas completo, para fazer o mínimo que a gente possa estar proporcionando. A nossa preocupação sempre foi justamente para que a gente pudesse dar conta desta política de RH no sentido de que os servidores que chegassem às escolas conseguissem ficar nos espaços, se identificar com aquela comunidade escolar, fazer parte da comunidade escolar. Essa tem sido a nossa luta diária. Quando a gente se deparou com essa questão da contratação de professores, a gente tinha essa preocupação de que precisaríamos, num curto espaço de tempo, estar fazendo um concurso público, porque, quando assumimos, em 2021, a gestão anterior tinha ficado muitos anos sem dar conta do concurso. Logo que nós chegamos, nós já tivemos esse compromisso de dar conta, naquele momento, do concurso para todas as áreas, para as mais diversas áreas do conhecimento. Só que nos deparamos com uma realidade que a gente não estava esperando. Nós tivemos um número de candidatos muito, muito aquém do que a gente esperava. Para vocês terem uma

ideia, nós tivemos em torno de 447, se eu não me engano, porque eu sou boa de números, mas, se eu não me engano, 447 servidores que foram aprovados no concurso, mais 255 de anos iniciais e educação infantil, porque se fizeram os certames separados. Nós nos deparamos com este número, rapidamente, nós conseguimos, em 2022, chamar todos. Novamente a gente estava sem professores nas escolas, precisando dar conta de um número expressivo, por quê? Porque vocês sabem que nós temos muitas exonerações, nós temos um número muito grande de aposentadorias, e, na medida em que entram, quase que na mesma medida saem professores e servidores de uma forma geral. Nós já fizemos imediatamente um outro concurso público, agora foi aplicada a prova, dia 15 de abril; e a SMAP nos sinaliza que, para julho, a gente já tem homologado esse concurso – o número de candidatos para esse certame foi mais expressivo, ainda bem. Nós tivemos em torno de 7 mil inscritos que fizeram as provas e que agora a gente está no aguardo de que possamos estar no segundo semestre chamando esses servidores.

Quanto ao contrato: para início de ano letivo de 2023, nós tínhamos que dispor desses professores nas escolas; então, naquele momento – se eu não me engano foi em novembro –, nós tínhamos uma contratação temporária, com 850 vagas autorizadas. Nós começamos a chamar rapidamente para que em 2023 eles já estivessem nas escolas, e estamos dando conta de chamar 715. Eu trouxe o número exato, fechado da semana passada: nós já conseguimos, então, colocar 639 professores nas escolas, dos 715, portanto nos faltam ainda 76.

Tem um dado que eu acho bem expressivo e que a gente precisa se debruçar: nós tivemos 17 desistências, e 48 professores entraram na mesma vaga, na própria vaga, por quê? Porque seus contratos estão em vigência e, logo mais, ao longo de 2023, vão vencer. O que que eles pensam? Que vão desistir daquele contrato e já pegar o próximo que vai durar dois anos. Então nós tivemos 48 que entraram na mesma vaga, o que aumenta a necessidade, porque, na verdade, foram 48 mais 17 que a gente deixou de suprir, em termos de vagas que a gente esperava dentro da 715. É claro que essas 17 desistências a gente consegue substituir, esse número não está perdido, mas, ao mesmo tempo, ele vai demorar

um pouco mais para que a gente possa estar suprindo aquela vaga que nós tínhamos proposto.

Eu trouxe um outro número, que também é da semana passada, para vocês terem uma ideia do que que a gente já conseguiu suprir nas escolas, porque eu acho que é um dado importante; a gente sempre se propõe a dar conta, mas a gente tem também saídas. Nós tivemos, para vocês terem uma ideia, concurso da Região Metropolitana – Gravataí, Viamão – e alguns dos nossos professores contratados acabam pegando essas vagas, até alguns monitores efetivos acabam passando nesses concursos e acabam nos deixando.

Para vocês terem uma ideia: na educação infantil, nós já tivemos 161 professores colocados – nas EMElis como um todo. Eu estou falando em termos de professor referência, itinerante, professor de artes professor, de educação física. Tivemos ao todo, nas escolas fundamentais, 620 professores colocados; por que esse número diverge? Eu falei que foram 639 e este número que estou chamando atenção excede, porque nós tivemos um número de concessão de regimes de ampliação de carga horária que também puderam dar conta de outras vagas no outro turno que o professor tem. Uma grande característica dessa contratação, neste ano, é que os professores chegam só com a possibilidade de 20 horas, eles não têm possibilidade de 40 horas, como a gente pretendia, senão essas vagas todas já estariam supridas. E nós temos em torno de 246 vagas que ainda não conseguimos resolver nas escolas, são necessidades que ainda estão abertas, que são essas vagas que a gente ainda procura dar conta e certamente a gente ainda vai pedir para que se consiga, antes da nomeação do concurso, chamar essas 850 vagas – que é o total que a gente tem de possibilidade na lei –, para que minimamente consigamos completar o quadro das escolas antes do final do primeiro semestre – é o que se pretende –, porque a gente sabe que é nossa responsabilidade, a gente tem toda uma carga horária desses alunos a dar conta e a falta de profissional desorganiza a vida da escola, isso acaba tendo prejuízo na aprendizagem.

Sempre estamos em contato com as direções, a gente tem uma equipe que procura sempre suprir, conversar, ver as alternativas que esse quadro de

recursos humanos abre de possibilidades, e a gente sempre frisa que neste momento o importante é o atendimento ao aluno, a gente sabe que a equipe diretiva é importante, ela também ajuda no dia a dia da escola, ela supre necessidades, mas a gente chama atenção que neste momento o setor vai, sim, ser deixado de lado para que a gente não mande aluno embora, porque a gente dá muita importância que o aluno esteja dentro da escola. Assumimos, junto com as direções, esse compromisso de olhar a escola com este recurso humano, que a gente sabe que falta, mas que não seja um prejuízo para o todo da escola. Só chamando atenção que nós não tivemos agora nesse processo de contratação... Nós chamamos todos os professores da área de artes e da área de educação especial, estamos abrindo um próximo edital que estará na rua certamente na próxima semana, vocês vão poder acompanhar, para suprir 17 necessidades de artes e 34 de educação especial. Vai ser um novo edital para justamente a gente ter um banco de professores contratados para dar conta dessas vagas e de outras que depois a gente ainda vai conseguir, dentro dessa diferença dos 715 para os 850, essas 135 vagas a gente já vai ter um banco, e, precisando, a gente tem ali como lançar mão. Basicamente era isso.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Qual é o total de professores estão faltando hoje nas escolas?

SRA. CLEUSA LEPPA: Em torno de 246. Eu nunca gosto de fechar o número porque a semana passada era esse número...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Pode estar saindo e pode estar entrando.

SRA. CLEUSA LEPPA: Exatamente, é uma coisa que a gente tem diariamente – já nem digo diariamente, toda hora isso pode se alterar. Nós temos em torno de 246, esse era o número da semana passada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Esse número é de professores das escolas...

SRA. CLEUSA LEPPA: Para atendimento ao aluno.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): E as EMEIs? Tudo junto, 246 é o total?

SRA. CLEUSA LEPPA: Exatamente, 246 é o total.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Sem contar as que são parceirizadas?

SRA. CLEUSA LEPPA: Não, só da rede.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Não tem como, vocês não têm como saber. Eu tenho escutado das parceirizadas que eles estão com dificuldade de encontrar profissionais. Em muitas está faltando não porque eles não querem contratar, mas porque eles não acham o profissional.

Podemos passar para a ATEMPA.

SRA. ROSELIA SIVIERO SIBEMBERG: Eu preparei uma fala, mas antes eu vou dizer uma coisa, a gente combinou a nossa fala mais ou menos assim: eu vou fazer uma fala geral sobre o tema da inclusão, e as colegas vão trazer respectivamente a questão da monitoria e a questão fundamental de como está funcionando.

Eu sou atualmente diretora da ATEMPA; antes de eu começar a minha fala, tem uma coisa que me chamou muita atenção e eu preciso dizer, porque o que chama atenção precisa ser dito, primeiramente por sermos seis mulheres aqui sentadas falando de educação para cinco homens; e de dois vereadores já não mais presentes, tendo outros compromissos e precisaram se retirar. Agradeço

aos vereadores que permanecem para nos ouvir, porque falar de educação é isso. Em época de campanha, gente, não tem político que não ponha na sua propaganda a defesa da educação, mas sentar numa mesa, ouvir até o final, buscar soluções conjuntas, isso é para poucos.

O segundo ponto, antes de entrar na minha fala, eu vou me dar o direito de dizer, quando eu me inscrevi no concurso – eu já estou quase nos 60 anos –, em 1989, gente, eu fui me inscrever para o concurso da Prefeitura de Porto Alegre, pasmem: eram mais de 50 mil inscritos para a minha área, que era anos iniciais. Olhei para a minha mãe e disse: “Não vou fazer, mãe, imagina se eu vou passar!”; ainda não estava nem com o curso universitário feito, quantos não teriam? Agora, me chocou ver que nós estamos chegando a 7 mil. Estou trazendo isso, que é uma reflexão anterior: o que está acontecendo com o nosso País, com o nosso Estado, em especial com a cidade de Porto Alegre, que nós não estamos mais formando educadores, quem queira estar numa escola por 40 horas? E aí eu entro na minha fala, a fala sobre a inclusão. Acho que a Josiara contemplou muito bem esse campo específico em que ela atua. E eu quero dizer que, quando eu ingressei na Escola Aramy Silva, em 1996 – em 1991, ingressei lá na Restinga –, a Escola Aramy Silva, vereadores, já era referência na inclusão. Quando eu cheguei na Escola Aramy Silva, os alunos que tinham síndrome de Down – naquela época, era mais casos de alunos com síndrome de Down ou cadeirantes – estavam dentro da escola. A turma que eu peguei para alfabetizar tinha o meu queridinho Jonas, que se formou na escola, por que eu estou trazendo isso? Porque falar de inclusão para nós, educadores, é muito mais do que falar somente em inclusão. Inclusão significa rever a sociedade que a gente está inserida. Inclusão significa a gente discutir o conhecimento, a ciência do que se aprende na escola, quem são os sujeitos envolvidos. E nós, enquanto ATEMPA, e tenho certeza que o Simpa também, eu fiz seis anos de Simpa, inclusive trabalhei com Jonas, enquanto diretor do Simpa, temos preocupação com a inclusão hoje, na rede municipal, em relação principalmente – que é o nosso cuidado, não é, Rosele? – com os educadores que estão dentro da escola. Quem está no dia a dia da escola não pode esperar chegar o mês de agosto

para solucionar o cotidiano, o dia de hoje. Ele precisa resolver hoje, pois é hoje que ele está com uma turma para alfabetizar, com 24 alunos, com dois alunos do espectro autista, mais um aluno com síndrome de Down. Foi assim que eu deixei essa rede, em 2018, quando eu me aposentei com 32 anos, porque eu tinha rede privada. Eu tinha três alunos do espectro autista e tinha um primeiro ano, e tinha mais 23 alunos. Nós, naquele tempo, tínhamos alguns estagiários por escola que não dávamos conta. Então, o que a gente quer trazer aqui que é principal? Entendo perfeitamente sobre a questão de número, só que educação vai, sim, gente, por questão, tem dois pontos principais para a educação ser sucesso. E aí eu não estou aqui fazendo crítica a ninguém. Eu faço crítica a forma como nós nos posicionamos enquanto sociedade. Um ponto é o planejamento: o ano de 2024 para educação precisa ser pensando no ano de 2023, e por que precisa ser pensado, gente? Porque tu pensas na estrutura, como um todo, da escola, tu tens que planejar ações. O segundo ponto: tu precisas cuidar de quem está na linha de frente. Quem é que está na linha de frente na escola? É o professor, é o monitor, é o funcionário da cozinha, é o que está recebendo e tudo mais. É nesse sentido, gente, que a gente percebe... E nós visitamos todas as escolas agora, nos meses de fevereiro, março e abril, fizemos uma ida às escolas. E o que a gente sente? Não é só uma questão, Cleusa, de dizer para equipe diretiva que ela deve dar conta para o aluno ficar na escola. O que significa esse ficar na escola? Porque, quando estão dentro da escola, há um objetivo, e o principal objetivo da escola – e não podemos tirar esse lugar da escola – é o aprender, é produção de conhecimento social e de conteúdos historicamente construídos. E nós estamos com essa falta, sim, gente! Eu visitei escolas infantis, nós falamos de professores – eu não vou entrar no teu terreno –, mas a falta de monitores na educação infantil é gritante, gente. As famílias têm que se adequar para atender no meio turno para liberar. Aqui, A Escola Tio Barnabé, que atendem os filhos dos funcionários da rede, também está vivenciando isso. E as famílias têm que se adequar a essa falta. Muitas escolas infantis trazem isso, por quê? Porque que a demanda por monitores é uma área nova, é um campo novo, a gente está precisando para onde? “Ah por

que o professor não pode ficar com seus 24 alunos e mais um de inclusão e tem que ter monitor para cada sala?” Eu queria que a memória afetiva de vocês voltasse, voltem para o tempo em que estavam em sala de aula, porque, além do aluno de inclusão, além desse aluno que precisa de um atendimento especial, esse professor tem uma menina que deve estar sofrendo violências domésticas ou abusos sexuais em casa, e ele está atendo olhando. Além dessa menina, ele tem alguns alunos que tem a questão de agressividade, porque apanham em casa. Além desses alunos, tem aquele time do que não abre a boquinha nem para dizer que ele existe, que foi o meu caso, na infância, e que, graças a professores que incentivaram... Então, gente, nós não podemos tratar a questão da educação somente por termos esse número “x” de faltas. Faltou, com todo respeito, uma organização, sim, maior por parte da mantenedora, no sentido de garantir que tivéssemos... E por que será, Mauro, que ninguém mais quer vir para rede municipal? As pessoas, agora, estão indo para as redes da... Tu sabes porquê, não é Jonas? Nós acabamos com plano carreira. Nós não temos mais por que manter, como tu disseste, eu quis ficar na rede, eu não quis ir para rede, tinha uma carreira, tinha um objetivo, era valorizado o nosso papel.

Eu vou encerrar, trazendo para esse encerramento: existem três pontos fundamentais que a gente precisa, sim, construir em outros momentos, queremos dialogar. O primeiro deles, quando se fala em educação inclusiva, e vamos deixar bem claro aqui: se tu fores fazer uma pesquisa nas periferias de Porto Alegre ou em bairros nobres, tu vais ver uma que os pais, a cidade de Porto Alegre quer vir sabem para onde? Para as escolas municipais, elas não querem ir para escola do Estado, nem privada, e sabem por quê? Pela qualidade do trabalho que tem dentro da rede. Todos querem vir para rede pública, a nossa, porque os nossos professores... Está aí, ganhamos prêmio, a Escola Heitor Villa Lobos nos deu uma lição nesse fim de semana, apesar de quem passa, a nossa educação, de Porto Alegre, é a referência, os nossos professores. Nós temos que pensar e discutir aqui a questão do número de trabalhadores, monitores e professores por sala, aí as gurias vão detalhar agora isso. Nós temos que pensar, sim, o número de alunos, porque nós trabalhamos em salas, muitas

vezes, insalubres, escolas que não permitem... Porque vocês não pensem que nas nossas escolas, quando está 40 graus, tem ar-condicionado nas salas com 25 alunos e mais os de inclusão, porque não tem! Então, nós temos que discutir isso juntamente, e principalmente, gurias, nós precisamos fazer uma outra coisa e não depende do MEC e não depende de ninguém, porque eu fui alfabetizadora e posso dizer: nós temos que aprender a construir espaços de reuniões, de reflexões, onde a gente possa discutir como é que o aluno aprende, nos seus diferentes, como dizia a Esther, porque todos aprendem, mas o professor tem tempo para isso? Atualmente, ele está tendo que fazer curso obrigatório, lá do Google, não sei do quê. É necessário isso ou é necessário a gente construir espaços, em que as pessoas possam ter formação. Eu sou – estou encerrando e passando para ti, Rosele – da geração que fazia curso promovido pela SMED, com a Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, com o próprio Paulo Freire, graças a Deus, eu tive a possibilidade de fazer um curso com ele. Nós precisamos melhorar a formação continuada sempre dentro das nossas escolas, porque, atualmente, o discurso da inclusão, Ver. Jonas, Ver. Giovanni e Ver. Mauro, passa muito mais pelo número do que tem do que o suporte dado no dia a dia. Muito obrigada, eu estou passando, então, para a Rosele.

SRA. ELISABETE CHARÃO: Boa tarde a todos. Eu sou monitora da rede e sou mãe de um aluno autista da rede municipal. Então, eu vivo os dois lados dessa moeda. O que eu posso dizer da minha experiência como monitora? Eu trabalhei tanto na educação infantil quanto na sala de recursos, e há, sim, uma enorme defasagem nisso, no que a Roselia falou, de capacitação, de formação continuada. Na educação infantil, nós chegamos na escola e nós somos encaminhados diretamente para onde tem o buraco maior, onde tem a falha, no entanto a maioria não tem uma conversa prévia sobre o que ela vai encontrar. Ela vai encontrar uma turma de berçário, de maternal, de jardim onde há turma cheia, com criança com laudo, outras em vias de laudo, outras muitas que são descobertas durante a educação infantil. Então, na educação infantil, a criança tem o direito de estar lá 12 horas, das 7h da manhã às 19h, no entanto a criança

de inclusão fica mesmo sem a escola ter condições, sem ter recursos humanos, sem ter profissionais capacitados. A assessoria do Tristão, eu trabalhava na Restinga, quando conseguia, ia a cada dois meses, isso é insuficiente. E aí essa criança ficava lá seis, sete, oito horas. Quando ela vai para o ensino fundamental, aí dá um choque na família, porque essa criança não tem a tolerância de ficar. Na verdade, essa criança já não tinha antes, mas, por todas as circunstâncias, sejam familiares, sejam da própria decisão da coordenação e da direção da escola, essa criança ficava, muitas vezes, em sofrimento. E aí ela vai para o ensino fundamental e fica uma hora, a família se frustra: por que ela aguentava o dia inteiro na educação infantil e agora ela não consegue ficar uma tarde dentro da escola? Então, essa questão tem que ser melhor trabalhada, tem que ser melhor elaborada. A questão da passagem da educação infantil para o ensino fundamental tem que ser trabalhada em conjunto com a família, dessa criança já ter designada qual escola vai ir. Nós fizemos isso com o meu filho. O meu filho era da EMEI Florência Vurlod Socias, tinha a assessoria da EMEEF Tristão, e quando ele foi para o Ensino Fundamental, antes de concluir a Educação Infantil, ele visitou a escola para a qual ele ia, ele conheceu a sala de recursos, ele conheceu a escola sabendo que, quando ele voltasse de férias, ele iria para um outro ambiente. E isso que ele era não verbal. Então, hoje ele tem 13 anos, ele é verbal – até demais! –, mas isso é fruto de trabalho, das terapias. O apoio da SIR foi fundamental. São profissionais essenciais nesse processo pedagógico, nesse processo humano. Paulo Freire diz que a educação com afeto é primordial, porque senão, o afeto, o laço de confiança que tem, tanto com a criança, quanto com a família, isso vai gerar um fruto positivo nesse processo de aprendizagem.

Com relação à questão da monitoria, a monitoria chega na escola com o curso de educador assistente, que agora mudou, é capacitação, é um nome enorme para dizer a mesma coisa, mas, enfim, ela chega e não tem esse preparo para exatamente o que ela vai enfrentar. No entanto, ela é cobrada, tanto da direção da escola, quanto das famílias que ela vai atender, essas crianças de inclusão. Ela é cobrada que elas tenham esse conhecimento. E não há o suporte da

Prefeitura para que ela tenha essa formação. Realmente, teve um curso, há um ou dois meses, sobre autismo. Foram vagas superrestritas, não foram incluídos monitores da Educação Infantil, não foram incluídos os monitores, a maioria das vagas eram para professores. A maioria das minhas colegas monitoras só ficou sabendo porque esse convite vazou nos grupos. Então, falta comunicação, falta formação. Josiara, tu falaste que nos últimos anos a educação não teve o apoio do governo, da verba pública do governo federal. Isso me preocupa porque o Melo segue essa mesma política, então ele vai reproduzir o que o antigo governo federal fez. Porque até então é isso que tem se mostrado. Isso nos preocupa bastante. Desde o início do ano letivo da escola infantil e do fundamental, o Simpa também fez visitas às escolas, eu presenciei um aluno cadeirante do Dolores indo para o refeitório e era inviável o trajeto que ele tinha que fazer da sala de aula até o refeitório, era com esgoto correndo, o piso não era adequado. Duas semanas depois, a cesta de basquete caiu; sorte que não atingiu um aluno, um professor. Nós fomos atender um caso de violência contra um colega na EMEF do Carmo e já nos contaram que um ventilador de teto tinha caído, também podendo ter atingido um colega ou um aluno. Então, a qualidade da educação vai muito além de números, de planejamento, vai realmente desde apoio à estrutura, à qualidade de vida, tanto do professor quanto do aluno. No Pasqualini, última escola onde eu estava trabalhando, em muitas salas não se ligavam os ventiladores com esse receio de que pudessem cair em cima de alguém. Então, assim, a gente vê, infelizmente, um descaso com a educação. O aluno de inclusão tem a prioridade na matrícula, mas ele não tem a prioridade na educação, na saúde e na assistência social. E é necessário; a maioria das famílias não tem acesso a um plano de saúde e precisa desse atendimento. Muitas vezes o aluno fica pouco na escola porque ele não tem esse suporte de atendimento psicopedagógico, psicológico, terapêutico, terapia ocupacional, fono. Tudo isso que é necessário, todo esse pacote que ele precisa ter para continuar na escola, a maioria das famílias da periferia não tem acesso a isso e fica esperando pelo SUS, por meses, infelizmente. Porque também a saúde está defasada. Então, a gente vive assim, numa bola de neve: qual fato sanar

primeiro? A falta de vagas na Educação Infantil? A falta de recursos? A falta de formação continuada? E a gente vive um dia um dia após o outro. E isso gera, nos nossos profissionais, uma saúde mental debilitada. Por que é que os profissionais estão indo para as outras redes? Porque eles não aguentam. Os meus colegas não podem esperar até agosto, setembro, que venha alguém. Porque muitos estão das 7h às 18 horas na escola, porque não tem... Quem entrou às 7h tem que sair às 16h, mas não consegue sair, porque fica aquele dilema da cobrança que a educação tem: mas vocês trabalham por amor. Só que o amor não te dá a sustentação física, psicológica para a tua própria sobrevivência. E nós resistimos; a gente ainda está na educação porque a gente realmente ama cada criança que passa pela gente. Eu trabalhei por quatro anos em berçário e muitas dessas crianças eu encontrei, depois, no Maternal 2, com diagnóstico, porque nós apontamos lá atrás, enquanto eles nem andavam ainda, a gente apontou que eles precisavam de um olhar especial. Eu tenho esse olhar porque eu tinha isso em casa, então eu aprendi; mas a maioria das colegas não tem essa vivência. Então, elas precisam, sim, ter uma formação no sentido do que observar, do como ver. E os professores ficam por quatro horas na Educação Infantil; as monitoras ficam por 12 horas com essa criança, com essas crianças.

E também tem a questão que no dia 22 de março teve uma decisão da Defensoria Pública de que o Melo tem 60 dias para ter monitores em todas as turmas que tenham alunos de inclusão. Já passou um mês e pouco desse prazo. Isso está sendo providenciado? Está sendo cumprido?

E tem a questão da terceirização. Na terceirização, os contratados não criam o vínculo com as comunidades, como o profissional da rede. Então, por isso que a gente defende concurso público. Porque esse profissional vai estar na educação, ele vai estar na escola, ele vai estar na saúde, ele vai estar atendendo essa comunidade, sem correr o risco do contrato dele expirar. Essa valorização do profissional da educação é essencial para uma qualidade, e isso influi diretamente no resultado pedagógico. Um profissional com a sua saúde mental em dia, recebendo o seu salário reajustado; porque isso também a gente não

tem. Falar que faltam tantas vagas, que são tantos professores que vão assumir? Gente, esse número não nos diz nada, para a gente que está lá na ponta, como disse a Roselia. A gente precisa, sim, de um planejamento efetivo, de uma formação continuada efetiva, de apoio psicológico para os profissionais, porque muitas vezes nós somos o apoio psicológico das famílias. As famílias, quando descobrem, passam pelo luto, passam pela negação, e é tu que estás ali, praticamente demonstrando que aquela criança que ela julgava perfeita, ela é perfeita, mas com as suas diferenças. Então, tudo isso é muito, muito difícil para um profissional que está sobrecarregado. A inclusão é um pouco assim, do que mostra a nossa sociedade: a gente precisa aceitar o diferente, não aceitar, a gente precisa compreender ele de uma forma total, como um ser humano, porque nós estamos formando essas crianças para serem os cidadãos do futuro. E que sociedade é essa que a gente quer? A gente quer um indivíduo que se sinta segregado, que se sinta excluído? Ou a gente quer uma pessoa que se sinta pertencente? Esse é o nosso objetivo quando a gente está lá, em sala de aula.

SRA. ROSELE COZZO BRUNO DE SOUZA: Boa tarde. Meu nome é Rosele Cozzo Bruno de Souza, eu estou a diretora da EMEF Professor Anísio Teixeira, estou na direção da ATEMPA e também atuo bastante no Fórum de Diretores. Que bom que a gente está aqui entre colegas, colegas antigas, para não dizer outra coisa. Eu tenho 28 anos de rede, a Cleusa tem um pouquinho mais, a Josi acho que também e a Roselia também.

Na semana passada eu estive aqui para a gente conversar, eu pedi que vocês nos escutassem, não é, Mauro? Então, quero dizer para vocês que aqui está todo mundo no mesmo barco, e esse barco está com vários furos e a gente está afundando. Que bom ver a Gislaine ali, que é diretora da EMEF Judith. Outro dia a gente conversava, e a gente tem usado a frase – não é, Gislaine? – de que são tragédias anunciadas, algumas pequenas e outras grandes. Então, quando a gente fala do que a gente está vivendo, e reconheço o empenho do pessoal que está aqui, quando a gente faz a crítica, diferente de algumas pessoas que

não entendem, talvez até por não conhecerem, eu sei que vocês nos conhecem, mas a gente precisa melhorar o que está acontecendo. A gente tem uma história nessa rede, na inclusão. Porto Alegre é uma cidade que sempre incluiu. E a rede municipal é a que mais inclui, e não é de agora. Eu trouxe alguns números: a gente tem um sistema, o SI, que é o Sistema de Informações, que é muito bom, inclusive espero que o CórteX não o tire de circulação, esse é outro ponto que a gente precisa tratar aqui. A gente tem lá no SI o levantamento do número total de alunos de inclusão, hoje, atendidos na rede. Quando a gente fala de número total de inclusão, a Josiara pode me ajudar, ele é um número com laudo, aqueles que têm laudo com diagnóstico direitinho. Hoje, porque esse foi de março, talvez até agora já deva estar maior – isso aqui foi em 16 de março, então a gente tem um mês de *delay*. Mas a gente tem 3.145 – só na EMEF Prof. Anísio Teixeira hoje já tem mais, mas vamos pegar esses 3.145. Quando a gente fala de transtorno do espectro autista, só na nossa rede, incluindo as EMELs, as EMEFs, as especiais, o Cmet, o Liberato e o Emílio, a gente tem 926 alunos. Então, o TEA, o Transtorno do Espectro Autista, é, sim, o nosso maior público atualmente. Isso a gente precisa trazer o que a gente tem de problema na escola. A gente tem uma política de RH hoje que não está conversando com a inclusão, com a necessidade de inclusão. Isso não é de agora, mas a gente precisa reconhecer o erro e melhorar. Em 2016, a gente fez uma eleição na rede, como sempre se fazia antes uma eleição dentro do processo, ainda era a secretária Cleci, que fez o... E, lá naquela época, foi feita uma decisão, um acordo, inclusive eu acho que com a ATEMPA da época em função das escolas de educação que tinham o contraturno, que tinham o turno inverso, uma ampliação no número de vice-diretores. A secretária autorizou que se fizesse, eram nove escolas que tinham essa necessidade de aumentar um vice-diretor em função do turno inverso. Fizemos a eleição, todo mundo fez o seu processo como deveria; acontece de mudar a gestão, entra o governo Marchezan... Estou trazendo porque às vezes, gente, vocês estão agora aqui, parece que o problema surgiu agora, mas o problema não é de agora só. Então, quando a gente não traz a história, quando a gente não traz, para quem está de fora dessa rede entender o problema que a

gente está vivendo, fica difícil, parece que a gente está só se queixando; e não é queixa, é entender o problema para gente resolver. Então, o secretário Adriano entrou, viu aqueles novos vice-diretores, que não tinham FG, porque não tinha sido criado o cargo de FG na troca de governo, e aqueles vice-diretores pedindo a FG, o que acontece? Ele verifica que foi feita a eleição e tinha uma diferença de algumas escolas, além daquelas nove que ele negou o direito aos novos vice-diretores, ele resolveu pegar uma data aleatória do censo de 2016, que, no caso, foi dia 23 de setembro, e olhar o número de alunos de cada escola. E aí existiam quatro escolas, inclusive o Anísio, que tinham o terceiro vice-diretor, mas que na data que ele escolheu, e somente na data que ele escolheu, tinham 15 alunos – 15 alunos a menos do que dizia a lei. E por 15 alunos, sem considerar os alunos de inclusão, por isso que eu trago essa história, ele corta então o vice-diretor. Isso aconteceu com Anísio, aconteceu com o Loureiro, aconteceu com o... O Carmo ia ganhar, mas não ganhou; a Grande Oriente, foram quatro que ele tirou, daí depois nas outras, a Grande Oriente não conseguiu enfim. Então por que eu trago isso, gente? Porque os alunos de NEEs eles contam em dobro para o federal, mas eles não são vistos nessa política de RH nas escolas, e a gente vem dizendo isso há bastante tempo, não tem como tu não considerares. Entendo a defesa dessa mantenedora quando diz: “Nós estamos priorizando a sala de aula”. Uma coisa é priorizar, outra coisa é não planejar o próximo que são os setores. Numa escola onde tem mais de 10% e 20% de alunos de inclusão, não pode ter a mesma política de Recursos Humanos para setor como as demais. Aliás toda essa rede aqui, toda a rede tem mais ou menos isso, então a gente não pode pensar no RH para setor do jeito que a gente está pensando hoje. Gente, o dia a dia das escolas está muito difícil, fora todas as questões como a Roselia trouxe, a gente tem dado conta de coisas que a saúde não dá, porque é a escola que está na ponta, é a escola que eles veem como um local de proteção, é escola que vê lá quem está se cortando, é a escola que vê o abuso, é a escola que vê a mãe lá apanhando. E se eu não tenho recursos humanos, eu tenho uma tragédia, porque eu não consigo nem ver a tabela de basquete que cai, porque o pouco tempo que eu tenho ou eu estou dando conta

de atender essas famílias enquanto direção, porque o SOE está fazendo outra coisa lá na sala de aula, porque a covid voltou, a dengue está aí, as pessoas estão adoecendo. Então, é disso que a gente está falando, é uma coisa que leva a outra, e que aí parece que é pouco, mas não é pouco no dia a dia para a gente dar conta. Então, a gente precisa pensar nisso, a gente precisa pensar, como eu trouxe para a Josiara, que a gente já tem pais com medidas de ganho judicial para monitor exclusivo, e agora a gente vai ter problema de pais brigando pelos monitores, por quê? Porque a gente tem lá o monitor exclusivo da Rosele, que atende a turma da Rosele, da Roselia e da Bete. A Rosele está muito bem, obrigada; o monitor, em tese, vai atender os alunos de inclusão da turma, porque essa é a orientação, e a gente concorda, só que o que acontece, gente? A Roselia se desorganizou, e o monitor tem que sair, e aí o pai vem cobrar de quem? Da direção: “Por que deixam o monitor sair se ele é exclusivo dela? Não me importo que ele atenda a Roselia e a Beth, mas ele tem que ficar com a minha filha, foi ela que ganhou.” Então, a gente já está vivendo isso hoje, e a gente precisa pensar como é que a gente vai dar conta; a gente precisa pensar se vai ser um monitor extra para cada cinco turmas que vai ficar de volante; a gente precisa pensar se vai ser... a gente precisa pensar, mas a gente precisa pensar juntos. A gente precisa pensar uma política juntos, não dá para ser uma coisa lá, e aí a gente depois recebe isso e tem que dar conta de um jeito que a gente não vai conseguir dar conta. Então, o que a gente está pedindo, e aí eu acho que talvez – não é, Cleusa? – porque a gente sabe também como é difícil quando você... Então, é o momento de pedir para esta Câmara poder apoiar o que a gente está necessitando. Quando a gente traz aqui essa questão da desvalorização, de as pessoas não quererem, passa por aqui, porque aqui que foi aprovado quando tiraram o que a gente tinha de mínimo, e que de certa forma chamava para que essas pessoas quisessem fazer parte dessa rede. Gente, essa rede tem um potencial que, agora, a classe média está descobrindo, porque empobreceu e está descobrindo. Mas essa rede tem um potencial que, com um pouquinho mais de investimento, a gente pode muito, mas a gente precisa ser olhado, precisa investir, não é gasto, é investimento, precisamos de mais

monitores. Eu tenho cadeirante que a gente tem que pegar no colo para subir escada; a minha escola tem aquele robozinho, mas ele destrói os degraus, então, eu não posso botar a funcionar porque eu não vou ter dinheiro para consertar a escada que eu a recém consertei, e que foi muito dinheiro. Entende? Então, quando a gente está falando é disso, são pequenas coisas que parece uma choradeira que a gente traz aqui, mas não é; é para vocês entenderem que isso traz o problema da violência que a gente veio discutir semana passada aqui, porque a gente não consegue, às vezes, dar conta daquele aluno que está lá e que está apresentando algumas coisas, mas que, na correria, eu não consegui chegar para a minha orientadora e dizer: “Olha lá! Pega lá porque está lá!” Então, de vez em quando, como o santo é forte e ajuda a quem cedo madruga e trabalha bastante, a gente, às vezes, e pelo tempo que a gente tem, a gente é mais rápido diz: “Oh, oh, oh!”, e aí se consegue pegar, mas aí Deus tem que estar lá olhando e tendo pena das professoras, porque é isso que eu acho que acontece, porque nós somos sobreviventes de uma guerra.

Então, quero dizer para vocês que outro problema que a gente precisa tratar e que ele não entra na nossa, mas que a gente precisa olhar e que essa rede está lotada, é o TOD, já falei aqui: Transtorno Opositor Desafiador, já falei aqui. É algo que a gente não tem, digamos que não entra nessa política de atendimento, porque ele não consta como educação especial, mas ele é uma demanda tanto da família quanto na sala de aula e fora muito mais, não é às vezes – não é, Josiara? –, é muito mais difícil, quem está aqui pode me ajudar, muito mais difícil. Porque, muitas vezes, a gente tem que convencer a família, então, a gente demanda o setor para isso. Então, a gente precisa pautar isso também nessa rede. Então, quando a gente fala em formação continuada também é isso, de espaço para a gente poder falar. Óbvio que essa rede quer tudo que ela tem recebido, eu disse isso semana passada aqui, mas a gente precisa de coisas anteriores, a gente precisa disso... Quando a Cleusa falou, eu disse semana passada aqui, até fui mal interpretada pelo colega, que não é servidor, é um cargo em comissão, por isso talvez ele não entenda bem o que a gente fala, eu disse: “Os colegas estão entrando nas vagas”, e hoje tu vieste aqui dizer

exatamente isso. Só na minha escola, todos os contratados chamados assumiram as próprias vagas. A Cleusa, lá, não estava contando com essa falta, e agora está aí. Isso também é uma coisa que tem acontecido. A gente precisa parar, por mais que seja difícil para vocês e para nós, em determinado momento, e dar um jeito nisso, porque a coisa está aumentando, e de novo vou repetir, nós estamos diante de tragédias anunciadas. Por quê? O que aconteceu na EMEF Vereador Carlos Pessoa de. Brum é isso, gente, é falta de RH, é qualquer pessoa assumindo uma turma, porque não tem gente. Não é só o diretor que vai ser responsabilizado por isso. Todo mundo vai ser responsabilizado por isso, porque, quando a gente está e joga qualquer um para assumir uma turma, porque não tem quem pegue, e ele não conhece quem são os pais que vão buscar e a pessoa que tinha que estar na portaria não foi, porque é terceirizada, porque alguma coisa aconteceu, quem dá conta disso? É o diretor que vai ter o seu CPF lá manchado e responder? Não, nós somos solidários. A gente vem anunciando isso, a gente vem falando isso.

Então é, sim, responsabilidade de todos para com as comunidades, para quem fez um concurso para estar aqui dando conta dessa rede, que é uma rede muito valorosa, mas ela precisa ser melhor cuidada, ela precisa ter um maior investimento. Eu fico pensando, assim, o que mais dizer para as pessoas entenderem que precisa ter um basta. Chega, não dá para a gente ficar mais dando conta de coisas, porque a gente dá conta... Na escola está faltando tantos, às vezes, lá no grupo de diretores, bah, faltaram tantos... Aí tu pensas assim, meu Deus, como é que eu vou arrumar... aí chega no final do dia e tu arrumou, tu conseguiu. Mas a que preço? De que jeito? E depois vem a prova do IDEB querer índice, mas de que jeito? Ah, os alunos do Município... Sim, mas quanto tempo ficaram sem professor de matemática, de português, Quanto Tempo Ficaram Sem Referência? Como é que eles vão dar conta? Eles vão muito bem para o que eles têm. Eles vão muito bem.

Eu quero só dizer para vocês que acho que a gente pode partir dos nossos números, não é Josiara? Você disse que os Estados Unidos têm um a cada..., mas a gente também tem um número significativo. A gente tem quase 30% na

nossa rede TOD. E acho que a gente tem que olhar também para esse TOD e ver quantos porcentos da nossa rede a gente tem também de TOD. TDAH hiperatividade não entra na educação especial. A gente precisa atualizar isso, porque a gente parou naquela política e a gente atualizar isso.

Outra coisa, a gente tem uma faca de dois legumes, quando eu digo, eu vi a colega conversando quando chegou ali “Ah, porque não reduziam as turmas”, isso é muito complicado. Parece ser uma coisa muito boa a gente reduzir as turmas, e é porque dá um fôlego para aquela professora, só que, no ano que vem, a gente vai pagar a conta, que nem boleto de cartão de crédito: tu entras no rotativo e tu vais pagar depois com juros bem altos. Sabem o que acontece? A gente reduz o tamanho da escola, e, se eu reduzo o tamanho da escola, eu tenho menos RH. No momento em que eu cumpro a lei para diminuir o número de alunos de inclusão, eu sou penalizada no próximo ano, quando eu não vou ter RH suficiente para dar conta. Entendem como é uma coisa... Eu acho que chega até a ser uma crueldade, é insano, porque tu cumprir a lei te pune depois. É isso que acontece. Se eu não tivesse reduzido em 2016 aqueles alunos lá, o Adriano não ia ter tirado meu vice-diretor. E eu só consegui agora, a Cleusa é testemunha, por muita luta. A gente tinha feito um processo eleitoral, porque tinha passado por toda uma questão, e porque tem três turnos. Gente, eu tenho três turnos! Eu tenho isso de retorno de inclusão, e eu tinha uma vice. Gente, não é pouca coisa o que estamos trazendo, e a Câmara de Vereadores tem que estar atenta a isso. Passa pela valorização, tudo isso faz parte, valorizar o profissional também é dar condições de trabalho para ele, salário e condições de trabalho. E hoje está difícil.

Então, queria agradecer o espaço e dizer que a gente precisa, talvez com mediação ou sem, mas a gente precisa pautar algumas coisas, porque tem sido bem complicado. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A palavra está disponível. A Sra. Luiza Coelho de Souza Rolla está com a palavra.

SRA. LUIZA COELHO DE SOUZA ROLLA: Boa tarde. Sou diretora da EMEF Chico Mendes. Assumi a direção a direção da escola em novembro do ano passado, faz pouco tempo, sou nova na rede, vou completar 10 anos em fevereiro, mas tenho 40 anos de magistério, então, tenho larga experiência no assunto. Muitos dos assuntos que foram falados aqui, eu tinha vontade de interferir, falar e contribuir, de trazer as minhas percepções, porque isso inquieta muito a gente. Nós é que estamos lá dentro da escola vivenciando isso, dia a dia.

São muitos os assuntos, eu devia ter anotado para ver o que eu ia falar, mas iniciando pelo quadro de RH. Quando vocês dizem que faltam 26 professores, claro, entre aspas, nesse momento, a gente fala de um quadro enxuto demais. Se nós formos pensar nas necessidades da nossa escola, falta muito mais gente. As escolas do Município são divididas em tipologia P, M e G: P até 600 alunos; M até 1.200 alunos; e G mais de 1.200 alunos. A minha escola é G, nós temos quase 1.300 alunos, nós temos manhã, tarde e noite com a EJA. Quem define o tamanho da escola pensa apenas na quantidade de alunos e não vai lá na minha escola ver como é a geografia da minha escola. A minha escola é construída num barranco, ela tem escadas por todos os lugares, ela tem alunos que se escondem atrás das árvores, atrás dos prédios, e nós não temos pessoal para dar conta de olhar tudo isso. É muito diferente de uma escola que tem os mesmos alunos e é uma escola plana. E todas as escolas do Município, pasmem, têm o direito apenas a 40 horas de coordenação de turno. A minha, que tem 1.300 alunos quase e aquela que tem menos de 600 alunos, têm 40 horas de coordenação de turno. Não é por falta de apelo, de pedido, de súplica que nós não temos esse profissional dentro da escola. Nós temos pedido, e muito, e recebemos ainda com respostas padronizadas: “A escola já com um quadro...” essas coisas que dizem. Nós temos direito a três professoras de SIR na nossa escola, porque nós temos mais de 80 alunos com laudo; nós temos apenas duas. Pelo painel que eu vi na própria educação especial da SMED, de acordo com a quantidade de alunos de educação especial, nós teríamos direito a oito monitores e seis estagiários. Nós temos um monitor e um estagiário. Então,

isso não consta como necessidade de quadro, nós não colocamos lá no nosso quadro de RH como necessidade de quadro, porque nós não somos informados disso. Eu vi porque eu fui lá, até fotografei. São coisas assim muito importantes, que só sabe quem está lá dentro da escola. O nosso SOE – Serviço de Orientação Educacional, é superpresente, superativo, só que a gente tem que fazer o papel da assistente social, de psicóloga e não conseguimos dar conta das questões socioemocionais, que é o que diz respeito ao trabalho do SOE. A gente não consegue trabalhar liderança estudantil dentro da escola, que é o trabalho do SOE, porque a gente tem que acolher aquele aluno que tem uma crise de ansiedade, que tem uma crise de pânico, que começa a chorar. Quantas vezes eu ligo o que estou fazendo para atender aquele aluno? Gente, isso aqui é um desabafo sim, e é um apelo sim. Eu não falo para a Josiara, não falo para a Cleusa; eu falo para esse sistema que está instaurado, que está instalado e que suga a gente. Os nossos professores estão adoecendo, nós estamos a um mês e meio de aula e os professores estão adoecendo absurdamente. Eu me considero privilegiada, porque, na minha escola, faltam apenas 10 horas de filosofia, 10 horas de história para EJA, e 40 horas de SIR. O nosso quadro está completo. Tem dias que não tem ninguém nos setores da direção, de tanto professor afastado por biometria, por estar doente.

Muito importante a formação continuada. Concordo, só que tudo que não foi feito de formação continuada há não sei quantos anos está sendo feito agora, de uma vez. Os professores não têm mais a sua AFE. Ah, então tem professor que vai no psicólogo no dia e horário da sua AFE. Mas aí tem a formação, daí tem o curso do Google, daí tem o Alfabetiza Tchê, o Alfabetiza + Poa, o Prefeito Jovem. A gente sabe que isso é importante. Lá no final do ano, a gente sabe vai ser cobrada. Esses alfabetizadas todos, todos os RecomPOA são para cobrar, sim, resultados no final do ano. Para quê? Para o nosso resultado do IDEB não ser baixo, para a gente continuar ganhando verba e tudo mais. Mas e a gente, como as colegas falaram, dentro de sala de aula? Quando as minhas professoras dizem “eu estou mal, eu não estou bem”, eu tenho vontade de carregar no colo, porque eu entendo. Se eu for citar para vocês os casos de alunos que eu tenho

dentro da minha escola, aluno que já tentou matar irmão à facada, foi levado para o IAPI, e mãe não quis deixar “coitadinho, é pequenininho”, agora ele está lá dentro da escola, jogando pedra nas janelas, jogando cadeira em todo mundo, aí a gente reduz o horário e a mãe vem para cima da gente. Teve uma mãe que eu disse: “teu filho não entra na escola enquanto tu não trouxeres o horário do médico marcado”. Estou errada? Estou. Posso responder judicialmente por isso? Posso, mas essas mães são negligentes e nós não temos poder. Quando tu falaste, Josiara, que os alunos não podem ir na SIR no turno inverso porque eles têm atendimentos, os meus alunos não têm nenhum atendimento lá, nenhum! Se tem um ou dois que vão na fono, a gente dá graças a Deus. Eles não têm fono, eles não têm psicóloga, eles não têm terapia ocupacional, eles não têm psiquiatra, fora que nós temos alunos que foram ao psiquiatra quando eram bem pequenininhos, que tomavam seis gotinhas de Risperidona, quando tinha quatro anos, agora a criança está com dez anos e continua tomando as seis gotinhas de Risperidona, é óbvio que não vai fazer efeito. Tem um aluno, esse aluno que quase matou o irmão com uma faca, ele leva uma garrafa d'água e diz: “A minha mãe bota minha Risperidona aqui dentro”. Ele disse que está ali o remédio. Eu não tenho certeza se está, eu não boto a minha mão no fogo, eu não sei se não tem mesmo umas gotinhas de remédio ali. A essas alturas as mães usam essas medicações até para acalmar as crianças. Então, eu fico muito preocupada com essas famílias também, com essas mães solo que os pais abandonam para essa situação, mas aí é muita coisa para gente abraçar, é muita coisa para gente dar conta. A gente já não dá conta dos alunos ditos normais dentro de sala de aula. Nós temos alunos no sétimo ano que não estão alfabetizados, por causa da pandemia, e nós não temos professores... Os professores, para começar, não querem setor, não querem laboratório, não querem biblioteca porque eles sabem que eles vão ter que estar substituindo, e eu dou razão para eles, é muito ruim ficar substituindo. E com essa falta de professores, a gente ainda não conseguiu engrenar um laboratório, a gente não conseguiu engrenar nos projetos, em nada. Vocês me desculpem, eu até acho que foi uma fala confusa, mas é que realmente essas coisas ficam muito imobilizadas dentro de mim e eu me sinto

muito responsável por tudo, eu me coloco na frente. Eu já tive três casos de mães que foram lá na escola e agrediram professores, uma fisicamente, uma ameaçou e a outra também foi fisicamente, meio sem querer, e nisso eu vou para cima, como se eu fosse uma leoa, porque eu não admito, e parece que a culpa é minha. Eu digo: não, aqui ninguém vai fazer isso. Uma mãe registrou um boletim de ocorrência contra mim porque eu gritei com ela, porque ela estava ameaçando a professora. Ela disse: “Quando tu saíres lá fora, eu vou te cagar a pau na frente da escola”. Falou isso na frente de uma turma com 25 alunos de primeiro ano, os alunos chorando, com os olhos arregalados, e eu gritei, sim, e disse para ela: “tu sai daqui agora e nós vamos lá pra baixo conversar.” E ela registrou um boletim de ocorrência contra mim, porque eu gritei e constrangi ela. Só que ela invadiu o espaço escolar, onde não era para ela estar, e aí eu falei com um brigadiano que foi lá na escola e disse “eu quero registrar um boletim de ocorrência, porque ela me desacatou.” “Não, mas a senhora tem que ter provas, a senhora não pode fazer isso, depois vai chegar lá na frente do juiz e o juiz não vai lhe dar razão, não sei o quê, não sei o quê”. Acabei não registrando, mas ela registrou contra mim. Então nós estamos submetidos a situações que só quem está lá dentro da escola, 24 horas por dia, sabe. Os nossos funcionários, que são da Cootravipa agora, eles nunca trabalharam em escola, e eles olham para a gente e dizem: “Professora, eu nunca imaginei que uma escola fosse assim.” Uma escola é assim. Nós estamos sem portaria, nós temos o vigilante patrimonial, e os pais reclamam, mas o vigilante patrimonial não tem a menor obrigação de fazer o serviço de portaria, ele nos ajuda porque a gente está sem portaria. Nessa situação de insegurança e com tudo isso que está acontecendo agora, nós continuamos sem portaria. Aí nós recebemos uma pessoa que está pagando pena comunitária, APC, que é bem gabaritado e está ajudando na portaria. Aí as mães foram reclamar, perguntando por que a gente só conseguiu alguém para ajudar de manhã na portaria e não conseguimos ninguém para ajudar de tarde, mal sonham elas quem é a pessoa que está ajudando na portaria. Então, é muito jogo cintura que a gente tem que ter, é muito... Eu nem sei. E a gente quer um trabalho de qualidade. Os últimos 15 anos em que eu

estava em sala de aula, que foi até 2022, eu trabalhei no Colégio Farroupilha, aqui de Porto Alegre, e eu não consigo imaginar para os meus alunos da rede pública tão menos do que os alunos lá do Farroupilha têm direito. Não consigo, e é por isso que quero lutar, é por isso que eu estou lá, e é por isso... Sou uma diretora que é pedagógica, os professores me procuram porque eu gosto do lado pedagógico, não sou só administrativa, e eu quero, sim, fazer uma escola melhor, mas eu não tenho mais nem sala de aula. Eu tive que fechar uma turma de primeiro ano porque não tem sala de aula para continuar ampliando as turmas. Para mim, educação não se faz só com sala de aula, se faz com projetos, se faz com coletivos, se faz com muitas outras coisas. Então, eu não vou fechar um projeto de música, um projeto de esportes e um projeto de dança que pode beneficiar tantos alunos, só para enfiar mais e mais alunos dentro da escola e continuar nesse ciclo que a gente... Nós somos submetidos a esse ciclo e acabamos prejudicando os nossos alunos. Então a gente tem que pensar dessa forma. Não é só isso, eu digo para os meus colegas: gente, não se faz educação de qualidade só com lápis de cor, folha colorida, que é só o que eles sabem pedir quando tem verba. Gente, vamos pesquisar, vamos ver aplicativos que a gente instala, vão ver programas de computador, vão ver jogos diferentes. A gente não tem que achar que só porque trabalha para vila, que só porque trabalha para aquela comunidade, a gente tem que dar o mínimo para manter eles de boquinha fechada. Não, eu quero eles, no futuro, aqui na sociedade, fazendo a diferença. Por incrível que pareça, não querendo menosprezar, não querendo nada, para qualquer cargo, hoje, tu tens que ter um conhecimento além. Teve gente que não foi aceita na Cootravipa porque tinha só o terceiro ano primário, terceiro ano do ensino fundamental, e não foi aceito para trabalhar na limpeza. Não menosprezando, mas eu não quero que os meus alunos achem que por eles estudarem ali, eles só merecem trabalhar na limpeza, eles só merecem trabalhar no braçal, eles só merecem trabalhar debaixo do sol; não, eles merecem fazer faculdade, eles merecem, sim, os lugares de destaque dentro da nossa sociedade, e é por isso que a gente luta lá dentro daquela escola, e é por isso

que eu continuo e eu não vou desistir, e eu vou continuar incomodando. Desculpem. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Luiza. A Luiza sintetiza um pouco de cada escola no seu depoimento, quero te parabenizar. O Ver. Giovanni Culau está com a palavra.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, presidente Mauro. Cumprimentar todas, todos, todes, sou o Ver. Giovanni Culau. Primeiro, agradecer, cumprimentar aqui nominalmente Roselia, a Bete, a professora Luiza, que falou agora; acho que ouvir sempre a rede – não sei se falo em nome da SMED, mas em nome aqui, tenho certeza, dos vereadores da comissão –, é sempre momento de aprendizado bastante grande, de apropriação, mas é também, a cada escuta sobre vocês, aquele aperto no peito que vocês compartilham com a gente, um sentimento de indignação que vai tomando conta. A escuta de vocês é recebida, na maior parte das vezes, como um pedido de socorro, pelo menos é assim que eu percebo. Sei que a gente tem um tempo aqui que está estourando, então eu vou buscar abreviar. Muitas vezes, as polêmicas que têm aqui na comissão, presidente, é uma dúvida em relação a qual é de fato a nossa carência de... (Ininteligível.) ...na rede. Já foi o motivo até de discussão aqui entre nós, na reunião da comissão. Hoje a gente teve uma apresentação de um número, de 246 vagas, que é claro que precisam ser contextualizadas, nesse contexto de uma política de RH enxuta, então o nosso problema é maior do que isso, algo semelhante ao que a gente tem com educação infantil. A gente já discutiu aqui na comissão, muito se fala de 6.300 vagas que faltam na rede municipal, mas na verdade esse número é maior, que isso é a tal da demanda manifesta, quando a gente sabe que tem uma demanda não manifesta que é gigantesca, então talvez a gente pudesse fazer uma analogia. Hoje a gente chegou aqui a uma apresentação, mas eu tenho primeiro duas perguntas: para mim, não ficou nítido, hoje, quantos professores e professoras nós temos em contratos temporários na rede. Eu gostaria de saber,

se a gente tiver esse número, qual é esse universo. Para além disso, eu também não consegui captar, peço desculpas se foi fragilidade minha, mas eu não consegui entender exatamente, nesse último concurso, quantos professores e professoras a mantenedora pretende fazer o chamamento, se é de todas e todos que serão aprovados, enfim, eu gostaria de fazer essas duas perguntas. Mas a nossa reunião, de vários temas que ela foi convocada, tem esse tema da inclusão com uma centralidade, eu acho que isso ganha mais peso, e eu acho que foi a Bete que trouxe isso, a partir dessa decisão judicial, a partir da ação civil pública, de um prazo de 60 dias para que a Prefeitura de Porto Alegre garanta, pelo menos, e isso foi trazido pela Rosele. Isso não significa o atendimento ideal, mas, sem dúvida alguma, é exigência e necessidade mínima de pelo menos um monitor ou monitora por sala. Então tem o prazo de 60 dias, e aquilo que circula e chegou até mim é que haveria uma intenção da Prefeitura de recorrer a essa decisão. A gente tem aqui a representação da SMED, eu gostaria de entender se isso, de fato, é algo que não procede, se é algo que procede, qual é a posição da Prefeitura de Porto Alegre em torno dessa decisão judicial. Eu gostaria muito de poder sair da reunião hoje da nossa Comissão de Educação tendo esse entendimento de qual é a posição da mantenedora, e, a partir disso, por consequência, quais são os encaminhamentos que nós vamos ter para dar conta da superação dessa demanda.

Por fim, Mauro, acho que há questão interna entre nós: em princípio, na semana que vem, nós vamos ter uma reunião interna, e eu acho que, nessa nossa reunião interna, nós precisamos nos dedicar, nós, vereadores da comissão, sobre como nós vamos lidar com esse conjunto de questões que chegaram aqui para nós. Na última reunião, nós tivemos o encaminhamento do GT, como é que nós vamos organizar ele, ter um plano de trabalho objetivo. Teve um debate trazido aqui sobre o decreto da Prefeitura, sobre o acesso às escolas, que eu acho que a gente, internamente, precisa debater, e eu acho que a gente precisa, na nossa reunião interna, colocar com centralidade esse tema dos monitores e monitoras. O que esta comissão pode fazer para contribuir efetivamente para dar uma devolutiva para esse nosso tempo todo de debate aqui, como que a gente

vai contribuir com essa questão. Nós tivemos uma medida que foi, das ações legislativas que a Câmara tem, uma das mais corriqueiras, vamos chamar assim, na falta de outra designação, que é a aprovação de uma moção de apoio ao acordo da Defensoria com a Prefeitura. Foi um esforço que nós fizemos de sensibilização junto ao Executivo para que nós pudéssemos ter, imediatamente, novas vagas na educação infantil garantidas. Eu acho que a gente precisa, internamente, Mauro, essa é a minha proposta de encaminhamento, na nossa reunião interna da semana que vem, se dedicar a pensar: como a Câmara de Porto Alegre vai se dedicar a enfrentar esse tema da garantia de pelo menos um monitor ou monitora nas salas da educação aqui de Porto Alegre? Muito obrigado.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado pelo espaço da palavra, presidente Mauro. Eu queria aproveitar aqui, ouvi atentamente, aprendi muito com vocês, porque a gente nunca tem todas as informações. Porém, eu tenho que lembrar algumas coisas, e aqui não é lembrar para vocês, pessoas que estão aí no serviço público, é para lembrar a secretária Sônia. Eu sentei com ela no passado, eu disse que existia uma demanda da rede, a rede queria um seminário de educação especial para programar, para pensar, para discutir, todo mundo, para todas as pessoas sentarem, e até hoje ela não deu uma devolutiva. Eu queria entender por que a SMED não quer construir esse debate amplo. Eu vejo aqui vocês se colocando para esse debate; eu vejo aqui a ATEMPA, o Simpa, porque a gente tem que ter uma equalização das perspectivas, e nós só vamos conseguir isso com as pessoas sentadas, dialogando, planejando e pensando. Eu acho que falaram aqui muito bem, nós precisamos planejar 2024, o ano de 2024 não começa em novembro. Eu acho que alguns desafios a gente foi superando com os problemas que a gente identificou. Agora, tem um concurso que vai ser homologado em agosto, acho que as perspectivas são mais positivas do que no anterior. Foi feita uma leitura também; não adianta eu fazer um concurso e não saber como é a formação inicial do professor, preciso saber. Acho que nisso tudo a gente vai avançando. Porém, eu tenho que lembrar

também a secretária Sônia, porque ela precisa saber disso, ela não sabe ou ela está negligenciando: tem um dinheiro da época da pandemia que é da educação, para implementar a educação da cidade, não é para outra coisa, foi feita uma emenda constitucional que permitiu a todos os prefeitos do Brasil não incorrerem em improbidade administrativa; portanto, aquilo que eles não implementaram nos dois anos de pandemia, eles têm 2023 e 2024 para implementar, então não tem falta de dinheiro em Porto Alegre para a educação, não podemos falar em falta de dinheiro. Então nós podemos ter mais monitores. Eu gostaria de ouvir a Sra. Cleusa sobre a perspectiva para monitoria na cidade. Eu fiquei muito preocupado com o levantamento que fizemos, são muitas folhas, enfim, o levantamento pormenorizado pode ser que tenha se modificado, porque já passou mais de três semanas desse levantamento. Enfim, algumas escolas, como a João Goulart, a SIR tem uma professora com uma turma de 25 estudantes e com atendimento programado de mais 20, além de uma lista de espera. Esse é um exemplo, poderia discorrer sobre ele. A Décio Martins Costa possui mais de 50 alunos de inclusão, e a SIR está com dois professores com duas turmas lotadas e somente dois monitores. Qual é a leitura que vocês fazem desses dois casos, por exemplo? Acho que esses dois casos ilustram para a gente perceber como a SMED pensa a política da inclusão nas escolas. Está bom para vocês assim dessa forma que está? O que vocês vislumbram? Qual é a perspectiva, mudar esse quadro ou não mudar? Acho que esses dois exemplos podem mostrar tantos outros que a gente tem aqui de filas de espera nas Salas de Integração e Recursos. Vocês falaram aqui que tem um concurso que a perspectiva não é muito boa no sentido de que terá poucos aprovados de acordo com a demanda que vocês percebem. A gente, como Comissão de Educação, não vem para cá só para encher as notas taquigráficas, a gente quer ajudar. Então, se tem um dificultador, a gente quer mediar isso, porque nós já constatamos que há um recurso para a educação que está lá no caixa, e não é só educação, tem outras políticas. Vou dar um exemplo: política de habitação ou fundo de habitação; em 2021, sobrou R\$ 50 milhões, não foi implementado, o secretário foi lá, falou com o prefeito, e o prefeito topou, “no próximo período,

vamos implementar os R\$ 50 milhões”. Então, de 2021, ele garantiu que esse dinheiro não iria para o caixa único, voltaria para habitação. Porém, o secretário, sabe no que ele esbarra? Ele não tem RH, ele não tem engenheiros e arquitetos para fazer os projetos de regularização fundiária e de habitação de interesse social. Então, na verdade, esse dinheiro é um dinheiro fictício, ele não vai ser tornar uma política pública. Qual a minha preocupação aqui? É esse dinheiro lá nosso, dos anos de pandemia, não vir um pouco para a inclusão. Então eu queria poder ouvir a Josiara. Qual é a perspectiva, Josiara, de ampliação das Salas de Integração e Recursos? Hoje o quadro de RH das escolas especiais está completo em monitores, estagiários, professores? Hoje, aqui, no nosso debate, trouxemos vários elementos, e isso é importante, a gente tem essa necessidade de dialogar, mas o nosso foco aqui hoje é a inclusão, a educação especial. Então vamos tentar chegar a um denominador comum. A situação que a gente tem, o diagnóstico, o que a gente precisa para o momento; porque, se não, a gente vem aqui para a comissão, todos nós falamos, e acho que é importante o espaço de fala, mas a gente tem que ter um encaminhamento. A minha sugestão aqui, depois de ouvi-las novamente, é que a comissão faça um pedido de providência, presidente, no sentido de ampliar o número de RH para a inclusão nas escolas, para dar conta disso. Tem muitos pais e mães esperando, aguardando. E eu sou uma pessoa que entende que a corda arrebenta do lado mais fraco, e o lado mais fraco é a família, e são os professores que estão nas escolas que vão ter que responder, eles respondem. Esses dias, aconteceram lá essas intempéries dos protocolos de violência, e aí mudaram os protocolos, quando viram, uma criança foi com outra família numa escola, e aí deu um bolo enorme. E aí, agora, a comunidade está culpando a escola. Mas pelo amor de Deus, a escola está lá, é o espaço do Estado cuidando e acolhendo todo mundo. Não tem como uma escola pública hoje no Brasil dar conta de todos os problemas que não são dela, os problemas não são da escola, os problemas são sociais, a violência é um problema de todo mundo. Não adianta chegar lá e cobrar do diretor, assim como não adianta eu cobrar só de uma secretaria. Acho que, sim, existe a violência na escola, existe a violência que vem de fora para dentro da escola, mas isso tem

a ver com assistência social, tem a ver com política econômica, tem a ver com a própria perspectiva de vida das pessoas. Então eu acho que tem toda uma integração que é difícil. Está lá o professor agora, o diretor sendo execrado, como se a responsabilidade fosse dele. E eu conheço esse diretor, é uma pessoa dedicadíssima ao magistério, uma pessoa que não mede esforços. Já vi esse diretor subir no telhado, Cleusa, para consertar, para resolver, para não ficar chovendo – vocês vejam, a pessoa faz além da conta. Então eu acho que, muitas vezes, lá dentro da escola, a gente não sabe o que se faz, e se faz muita coisa. Eu faço aqui uma crítica, como classe política: acho que a classe política precisa mais e mais ir aos espaços onde a população é atendida, conhecer. Então deixo aqui esse encaminhamento, essa sugestão, essas perguntas. Dizer que nós estamos aqui para fazer um esforço coletivo para superar as dificuldades.

SRA. JOSIARA SOUZA: Nós também estamos à disposição. Eu vou pegar aqui a Chico Mendes, ali, a diretora Luiza, que nós conseguimos, por pedido até de remanejamento, colocar mais uma professora de sala de recursos lá por 40 horas. Sabemos da demanda, e não só para essas três escolas, vereadores. Nós temos hoje o pedido de contratação de mais 34 professores da educação especial para repor, porque entendemos que é necessário, mesmo antes de esperar o concurso – somos defensores do concurso, mas a nossa situação era bastante urgente. Eu vim em 2021 para a secretaria. Eu estava lá na Nossa Senhora do Carmo à noite, eu conheço muito bem aquela comunidade, e no Tristão de dia. Nós ainda temos algumas demandas de RH também para escolas especiais. Nós tivemos uma das nossas escolas especiais em que três dos seus monitores passaram no concurso para a educação infantil, a educação infantil teve um ganho porque ganhou três profissionais com a experiência da Escola Lucena, mas aí nos abre a necessidade de quadro noutra escola e noutra espaço, que é de monitores. Nós temos construído com a secretária Sônia uma política de monitores, que mesmo antes dessa decisão judicial nós queríamos ter colocado em prática e não conseguimos, assim como estagiários também. No CME nós

temos uma resolução de transições, mas antes dessa resolução, nós já garantimos, na rede, e foi um trabalho intenso – e aqui tem algumas pessoas que participaram conosco em 2021 –, pois não tinha mais o período de transição, e nós retomamos isso junto com colegas, com pais, e também garantimos que nas nossas escolas a criança do 1º ano já sabe para que escola vai, já visitou, ele não entra naquela inscrição convencional lá da Seduc. Batalhamos bastante junto ao MP no ano passado para conseguir esta mesma proposta para o Estado, porque entendemos que é lei, e se é lei, não é só para o Município de Porto Alegre, se é lei, também é para o Estado, e eu tinha crianças que queriam ir para o Estado e eu queria garantir a transição e já a matrícula delas. Isso nós não conseguimos, elas foram para aquela inscrição comum do Estado, da Seduc, e depois lá eles vão para uma das três escolas sorteadas, que nem sempre, infelizmente, a terceira escola é a mais próxima de casa, e a mãe acaba colocando porque senão o sistema da matrícula não fecha e essa criança cai na terceira opção. Eu tive mãe desesperada, que me ligou domingo e me pediu uma vaga de volta na rede porque a escola da rede era mais perto, aí depois ela me disse: “Desculpa, é domingo”. Eu disse: ainda bem, pois na segunda de manhã bem cedo eu posso fazer alguma coisa, segunda às 10 horas eu já não sei mais se tem a vaga. Então essas coisas acontecem porque nós vemos na escola. Meu telefone roda entre os pais, roda no Judiciário, roda no Conselho Tutelar, às vezes eu brigo com o conselho, aí o professor vai lá e dá meu nome para o conselheiro, aí o conselheiro bota lá na ata. Não tem problema, a gente está batalhando pelo dia a dia das nossas crianças, e é nosso objetivo. Quando eu aceitei vir para a secretaria, eu vim não para ser coordenadora de Educação Especial, eu vim para trabalhar numa equipe de Educação Especial, me tornei a coordenadora porque eu era a que tinha ali a prática, a experiência e também conhecia os dois espaços, tanto a sala de recursos como a escola especial, e trabalhava com salas comuns também na rede, e tenho experiências de outras redes porque eu estou porto-alegrense há 12 para 13 anos, então eu tenho quase 30 anos numa rede pública, mas numa rede pública estadual, então sempre alfabetizadora, máximo segundo ano, e volta, nível B, que no Estado a

gente é um pouco de tudo, a gente trabalha, e tive uma direção de 3.000 alunos onde tu és o diretor, mas assim como tu estás na sala de aula, quando tu vês, tu estás lá no Ensino Médio, suprimindo necessidade. Então essas experiências nos fazem entender todas as colocações especiais dos diretores. Nós somos bastante requisitados, somos uma equipe pequena da Educação Especial, somos três, mas não paramos na secretaria porque é o dia a dia da escola que nos chama, é a falta de RH, é a mãe, que muitas vezes não entende a demanda do seu filho, a suportabilidade. Por isso que eu digo: a gente precisa pensar também espaços de cuidado para essas mães porque muitas vezes, por não entender, elas vão no conselho escolar e trazem para a escola uma demanda de um conselheiro que também não conhece a criança, e ponto, está ali. Eu defendo uma avaliação biopsicossocial, mas também defendo que quem faz o pedagógico é a escola, quem tem que falar da criança dentro do pedagógico é a escola. Eu não posso entender quando eu recebo um receituário médico e deu. Não, gente, não é assim que vai ter que funcionar. Eu coloco que nos últimos anos nós não tivemos políticas para fomentar isso, nem no Estado, nem no Município, eu coloco porque agora a gente está tendo uma sinalização que vai ter, e vai ter política com monitoramento. Precisa? Precisa! Nós precisamos de dados, nós precisamos de índices, nós precisamos de monitoramento. Isso que a gente está fazendo aqui, a gente precisa continuar fazendo, a gente precisa lincar. Eu ainda não estou nos grupos de trabalho do governo federal que a SECADI está abrindo, mas eu quero ver um jeito de entrar, porque o Rio Grande do Sul precisa, Porto Alegre precisa. Eu participei todo ano passado de um grupo de trabalho do MP, e infelizmente trocou a nossa promotora e está tudo escrito lá. Só que não era só para a Prefeitura de Porto Alegre, era para Porto Alegre enquanto cidade, porque ali na Zona Norte eu tenho uma escola do Município, um CTG, e uma escola estadual. Os próprios conselheiros tutelares tiram a criança de inclusão da escola estadual e levam para o Município. Aí eu conversei com a conselheira e ela me disse: “Ah, mas a rede municipal tem apoio, Josiara”. Eu disse: Não, esse é um jeito muito simples de resolver o que tu não resolves, porque aí tu nos cria uma situação em que eu não estou preparada para atender

aquela criança naquele momento. Não que eu não queira, mas eu não estou preparada porque eu já tenho lá três salas de recurso, e aí vou ter que ter a quarta; eu já estou devendo sala de recursos para outras escolas, e a gente tem essa demanda e quer atender. Isso é algo que a gente quer fazer, assim que sair essa nova contratação, com contratados, e depois vamos colocando os concursados, pois alguns vão assumir as suas vagas. Então nós vamos continuar com os contratados, provavelmente, para poder seguir dando atendimento à demanda que nós temos. Nas escolas especiais, nós temos ainda uma falta pequena de RH, mas temos, porque eu tive uma escola especial que o professor com formação, com tudo, entrou, foi dar aula, eram duas professoras na sala, ainda bem, o.k., só que ela disse para a professora que estava com ela: “Estou indo”. Pegou a bolsa, a diretora viu ela saindo e perguntou: Onde tu vais? “Vou-me embora, não vim trabalhar com criança que faz esse barulho”. Então a falta de preparo de quem está chegando também nos preocupa. A falta de formação de professores nas nossas universidades é algo que nós vamos ter que nos preocupar, porque o professor está virando raridade. Mesmo com toda demanda salarial que a gente sempre achava que não ia chegar, eles vêm por amor... Não, eles estão indo para outras áreas, a área da tecnologia. Eu sou professor, mas eu faço concurso para outra área e vou-me embora. E aí fica aquela vaga ali. É o que está acontecendo muito na nossa rede. Então a gente precisa também pensar em como qualificar, valorizar essa profissão porque isso a gente vai precisar pensar. A gente tem excelentes profissionais. A rede de Porto Alegre é uma rede diferenciada porque lá na escola X tem robótica, lá na escola Y tem uma orquestra – não é como a Villa Lobos, é com outros materiais, mas é uma orquestra –, lá na outra tenho um grupo de meio ambiente, lá na outra tenho de *skate*, lá na outra eu tenho dança, na outra eu tenho horta, nós temos as nossas poesias, nós temos canto... Nós temos alunos que cantam na nossa escola e que já participaram do The Voice, que são alunos assim, fantásticos, e são da nossa rede, que tocam instrumentos também. Então essa rede é muito potente, ela é uma rede que tem condições, sim, de continuar cada vez mais, mas precisamos de alguns ajustes, e não negamos, não só do RH, até

mesmo dessas questões de valorização, porque isso é muito importante hoje. Eu justifico porque a minha equipe é tão pequena dentro da secretaria: o professor de Educação Especial não vem para a secretaria porque perde 50%, e ele perde difícil acesso. Hoje é sobrevivência! Tu trabalhas na Educação Especial, tu és responsável por 318 escolas da rede, e tu perdes tuas vantagens, então tu já não queres vir. É um direito que tu tens. Então, mesmo assim a gente precisa ver o quanto é importante, sim, valorizar essa rede. Bom, como a gente vai pensar isso, talvez seja uma demanda para comissão de valorização de professores, valorização do monitor. Tu citaste que tu tens a experiência; nós temos vários professores da Educação Especial e monitores que tem seus filhos e que acabam também nos auxiliando nesse trabalho, acabam uns qualificando o trabalho dos outros, e isso é muito importante. Eu tinha algo que eu anotei aqui, que eu não sei se eu não respondi... Concordo com vocês que a educação inclusiva tem que ser mais falada, e aqui eu trago exatamente a fala da professora. A gente fez – importante dizer – um recorte, a gente recortou educação inclusiva para a criança, menino ou menina, com deficiência, mas se a gente for falar sobre educação inclusiva, a gente nem sairia daqui hoje, porque a gente tem que falar do pé descalço, a gente tem que falar da família que está em plena vulnerabilidade, sem assistência médica, sem nenhuma assistência alimentar, nós teríamos que falar do indígena, do quilombola, teríamos que falar de toda a gama que envolve a educação inclusiva. Nós temos que retomar isso, sim, essas discussões. E são discussões para a gente chegar em alguns caminhos, para a gente poder construir alguns caminhos, porque é isso que nós precisamos. E quando todas nós que estamos aqui que somos concursadas, somos da rede, somos colegas, nós estamos aqui para compor, nada é pessoal, nada é de uma para outra. É para compor porque a gente acredita numa educação de qualidade com equidade, e nós precisamos trabalhar muito isso, trabalhar o direito à diferença na escola, trabalhar o diferente, trabalhar a questão da equidade, o direito para todos, mas ter também o direito a ser diferente. Isso é um processo que a gente precisa retomar, conversar e falar muito ainda. Eu entendo que quando a gente tem uma sinalização de verba pública federal, isso

também nos dá um outro espaço de fala, de construção e de discussão. Então assim que a gente começar a ser chamados para esses espaços, e eu digo, nós, como coletivo, porque eu ouvi isso da Rosângela. Quem conhece Santa Catarina, Florianópolis, sabe que ela foi coordenadora de Floripa, da inclusão, por muitos anos, fez um trabalho muito reconhecido, a Rosângela Machado que é a nossa diretora, hoje da SECAD. Então quando a Rosângela começar a chamar para discussão, todos nós, enquanto sociedade, temos sim que fazer parte para nos incluir nesses espaços e para conseguirmos ter a garantia dos nossos direitos, até mesmo o que nós podemos ter, o que nós podemos pedir, o que nós podemos contar e o que vai nos ser solicitado. Uma das coisas que está proposto a voltar são as verbas das escolas, a verba das salas de recurso, que nós já tivemos pelo MEC, teve um tempo estacionado, agora está voltando. Isso colabora muito com a escola, porque não sou eu que compra o equipamento, é a escola que compra o seu material, justifica para o MEC. O ano passado eu tive visita de um técnico do MEC que visitou quatro escolas, para ver o quê? Ele não veio ver para ver nota, porque nota vai para o MEC, ele veio para ver a escola, a sala de recursos com os equipamentos em funcionamento, e isso é muito importante, isso é monitoramento, isso tem que ter. Aí nós precisamos de dados, precisamos de indicadores, e o nosso SIE, o que nos garante os dados diários, hoje se seu abrir ali vai estar diferente dos dados que a Roseli deu, porque, com certeza, eu já fiz alguma redução e já movimentou todos aqueles números. Então é constante a movimentação dos nossos números. Até esses dias eu fui questionada no Judiciário, que perguntou: tem só um de inclusão nessa turma? Eu disse: até este momento tem. Mas daqui a pouco – não entrou aluno –, mas um ganhou o seu diagnóstico então aumentou. E o quanto é importante nas salas de aula dos menores, o quanto mais cedo a gente conseguir – tu és a prova disso, com o teu filho -, quanto mais cedo nós conseguirmos ter este apoio, nós termos esses recursos, e nós temos que cobrar junto ao conselho – é sempre o conselho. O Conselho Tutelar que também tem que nos ajudar, a essas crianças estão sem nenhum atendimento de saúde e isso também eu coloco quando eu sou chamada para uma audiência: pedido de monitor. O monitor está lá, ele vai

estar lá para quê? Só para tomar pau, só para ser o escudo? Não, gente. O monitor tem um papel importante, mas o que mais tem para esta criança? É só o monitor? Aí não teve. Teve exatamente como tu colocaste, uma medicação que ele ganhou quando tinha dois anos e a consulta é para lá o ano que vem. Não, não, não. Nós não podemos entender assim. Ele já mudou de peso, ele já teve outras questões que a escola já sinalizou, que muitas vezes precisam ser ouvidas nas interconsultas. Então a gente precisa ter esses outros serviços. E os atendimentos para uma criança TEA, quanto mais nova, a gente sabe que se garante para ela até um fluxo, uma autonomia, uma autoria quando maior na própria escola. Ela deixa de ter aquela dependência do apoio e consegue ter seus encaminhamentos; não que tu vais deixá-la de olhar, mas ela não tem mais aquela dependência tão grande. Então o estímulo para criança, a estimulação precoce deveria ser para toda criança com atraso de desenvolvimento e não com um diagnóstico; a gente sabe que na rede tem isso, mas na rede de saúde a gente tem que esperar porque o que tem o diagnóstico consegue avançar mais rápido. Então é algo que a gente precisa sim também compor de futuro.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Talvez a implementação de sala de recursos na educação infantil, porque quatro escolas especiais lidando com mais de 40 escolas de educação infantil é insuficiente, isso é uma demanda que poderia ser implementada sim.

SRA. ELISABETE CHARÃO: Isso é algo que a gente vem conversando muito com educação infantil, porque eu perpasso a educação infantil, ensino fundamental e EJA, e a gente tem conversado bastante sobre isso para pensar futuramente, até para ter esse olhar no espaço da criança, esse atendimento no espaço. Isso é algo que a gente vem sonhando, vem pensando.

SRA. CLEUSA LEPPA: Eu só vou complementar a questão que o Ver. Giovani coloca em termos de concurso. O número de professores contratados atualizados, eu não tenho aqui, vou ficar devendo, mas depois a gente pode

passar. E o número de professores que serão chamados com o concurso, isso vai depender das necessidades de quadro que eu tiver naquele momento. Então eu não posso agora te precisar se vão ser os 246 porque, certamente, que a gente vai dar conta de um número que não chega a esse ponto. O que vai acontecer? Nós temos alguns contratos que vão terminar, outras necessidades que vão abrir, outras exonerações, aposentadorias nesse meio tempo. Então essa questão do RH é muito dinâmica; tem, inclusive, número de carga horária, que as pessoas pedem regime de trabalho que daqui a dois meses, de repente, a pessoa não quer mais, aí ela desiste. Então são números que a todo momento mudam, e certamente, quando o concurso ficar pronto, o número de necessidades que a rede tiver é isso que a gente vai então solicitar de nomeação.

Eu gostaria também de complementar então a informação para o Ver. Jonas, no sentido de que o número de monitores que se tem na rede atualmente, certamente que não dá conta da inclusão atual e também das escolas infantis, por que na escola infantil um monitor conta como um adulto também para dar conta do atendimento integral das 12 horas. E é importante porque eu me lembro de uma época em que a escola fundamental não tinha monitor, e essa demanda então à medida que a inclusão foi acontecendo e chegou ao patamar que é hoje, que a gente tem quase 200 monitores na escola fundamental, justamente para dar conta da inclusão, e junto com isso, também que a gente também já havia noticiado, que já pedimos a nomeação demais monitores. Nós pedimos a nomeação de 208 monitores para poder dar conta justamente da inclusão e da necessidade da educação infantil. Então esse processo está com o comitê gestor que cuida de toda a despesa de pessoal do Município. Pedimos estagiários também, já que a gente tem uma contratação do CIEE, que atualmente é o que contrata os estagiários para toda a Prefeitura, e dentro dessa solicitação do CIEE já está previsto então também os estagiários para dar conta também da inclusão.

SRA. GISLAINE DE OLIVEIRA COUTINHO: Boa tarde, meu nome é Gislaíne Coutinho, sou diretora da Escola Judith, 40 horas e sou professora contratada

da Escola Chico Mendes. Eu queria clarear algumas coisas aqui, quando a gente fala nós, diretores, não sei se vocês perceberam, quando a gente fala nós, a escola, nós, é nós comunidade, é nós pai, mãe, nós alunos e professores. A Luísa falando ali, a nossa professora, a nossa colega, somos nós que respondemos por isso, e sim é o nosso CPF que está ali na frente; e nós somos frágeis. Então eu queria dar tema de casa. E sim, nós também somos SMED. A Josiara falando, ali, terminou, é só pegar a fala dela: três assessores da Educação Especial! Três para dar conta de toda essa rede, é impossível, não se dá conta, o cobertor está curto. E daí, nós pessoas, carregamos o fracasso no nosso corpo porque a gente não consegue, nós somos frágeis, nós não somos polícia, nós não somos assistente social, nós não somos psicólogos. Mas é nós que fazemos isso, é nós que saímos do nosso setor para abraçar o aluno que está ali em surto, porque ele tem o direito de estar ali, só que aqueles outros 27 colegas dele, da sala de aula também têm o direito de aprender e nada se dá. A gente não faz o nosso administrativo – estou mentindo? A gente não dá conta do nosso administrativo; a gente não dá conta dessa alfabetização, a gente não dá conta e faz com que os colegas adoçam. Está todo mundo adoecendo. Os números que a gente pode cruzar aqui também são esses, de biometrias. E nós não somos servidores públicos que não trabalham, nós trabalhamos muito, nós trabalhamos além da nossa carga horária a vida toda, nós levamos trabalho para casa, nós trouxemos trabalho de casa, nós escolhemos... ah, não estudei para isso – estudei. E nós, professores da rede, nós estudamos para passarmos no concurso, para estarmos nesta região; a gente sabia os alunos que nós íamos atender, mas nós queríamos atender esses alunos e a gente não está conseguindo. Então o sentimento de fracasso que a gente está carregando diariamente, está intenso. Então, como a Roseli diz, a gente conversa sempre, é tragédia anunciada; depois do mal visto, depois da coisa acontecer, não adianta vir mídia, não adianta chorar porque a gente responde pelos filhos das outras pessoas! São crianças! E aqui não ouvi em nenhum momento se falar. Nós temos crianças de 15 anos de inclusão que vão para EJA, e ali terra arrasada. Não existe inclusão para EJA, seja indígena, seja com deficiência

intelectual, as deficiências invisíveis que a gente não sabe; e quando que, para essa criança ou para a família, tu vais dizer assim: em agosto vai ter o professor... O meu filho que tem deficiência já está atrás dos outros. E daí tu esperar um mês, dois meses, três meses. Digamos que tudo esteja funcionando, que a gente tenha uma equipe multidisciplinar dentro da escola, que a gente consiga consulta para aquela família, eu tenho uma filha, eu sou diarista, minha filha tem espectro autista e consegui lá no Partenon, no Sanatório. Para eu levar minha, eu preciso da passagem; eu preciso deixar de trabalhar um dia para levar minha filha nos atendimentos, se é que eu vou conseguir esses atendimentos – digamos que a gente consiga. Então é muito maior.

O primeiro espaço social que as famílias frequentam, que as crianças frequentam fora da sua casa é escola. Então é ali, o filtro somos nós; é a violência ou abuso, é a fome, é a negligência, é a criança de nove anos que tentou suicídio por que a mãe tem três empregos e essa mãe não assistiu essa criança porque ou ela dá de comer ou ela abraça. Então, assim, eu sou professora, vou deixar tema de casa: nos escutem, a gente não é inimigo, e quando a gente fala SMED, somos todos nós. E, sim, a rede que mais acolhe, uma rede extremamente potente que precisa dar oportunidades para os nossos alunos, por que os nossos alunos serão cidadãos, estarão frequentando toda Porto Alegre. Então a gente não vai deixar os nossos alunos segregados, eles têm condições e eles vão frequentar, então, que eles estejam bem capacitados, bem habilitados. Então o tema de casa que eu peço hoje é esse: nos escutem e construam conosco, porque quando nós falamos “nós” é toda uma comunidade. Não sei bem qual o número de alunos e famílias, mas é toda uma comunidade. O.k.? Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Gislaine. A Sra. Roselia está com a palavra.

SRA. ROSELIA SIVIERO SIBEMBERG: O motivo de a gente estar aqui, não é? Tem um livro muito bom para quem não leu que diz assim: precisamos falar sobre Kevin. Kevin é um menino dos Estados Unidos que estuda numa escola – é um

livro fantástico. E nós fizemos hoje aqui o que a gente precisa fazer, Mauro, precisamos falar sobre a educação. Mas eu queria aproveitar – e não vale o que a Gislene fez, eu ia dar tema de casa, Gislaine – eu gostaria de dizer que, enquanto associação, assim como enquanto sindicato, em que estive por seis anos, nós estamos aqui pensando na cidade Porto Alegre, mas olhando o nosso trabalhador, a nossa trabalhadora. Então o primeiro tempo de casa – e eu gostaria de saber por ti, Giovani, porque é uma coisa interessante, isso eu digo que foi mérito da gestão passada. Nunca a Câmara de Vereadores foi tão frequentada por nós, Municipários, como começamos a fazer na gestão passada para entender esses trâmites internos. Eu gostaria – é isso o que a ATEMPA quer – nós não queremos só falar sobre educação, nós queremos falar, encontrar encaminhamentos e agir nas nossas escolas.

Então o primeiro ponto que eu queria trazer – e que nós queremos como dever de casa, já que vocês vão se reunir – gente, eu sou supervisora, a Roseli sabe, eu amo planejamento. Esta comissão tem que se planejar neste ano para dar uma olhada na rede municipal, para ver como ela vai atuar na questão de política de RH. E aí a diretora Luiza pontuou muito bem, política de RH construída no quadro enxuto de um programa liberal ou uma política de RH construída, conforme as necessidades? Esta comissão tem que pensar e planejar sobre a questão da infraestrutura das escolas. Nós temos fechada lá na Cruzeiro por que os pombos contaminaram a água na caixa d'água porque tinha um buraco, e tive professores, teve alunos que adoeceram. Nós queremos discutir sobre isso, e esta comissão tem que dar conta, e nós queremos discutir – o Jonas trouxe esse ponto – a política financeira da SMED em relação à educação. São três pontos que nós queremos, enquanto TEMPA e Simpa, junto com as nossas escolas – que a gente tem orgulho imenso de dizer – poder atuar e poder agir; esse é um ponto.

E agora, Mauro Pinheiro, nós temos um ponto principal enquanto rede e aqui eu quero eu quero dizer que eu estou me vendo representada por esses colegas, isso aqui não combina comigo, que é o seguinte, Mauro, a gente fala tanto em valorização da educação, a gente fala tanto em valorização dos professores e

de toda a sua atuação. Mas esta Câmara está para votar a retirada da LP desses profissionais e de tantos outros. Tem que fazer um *link*, Mauro, por que essa maldade que querem fazer conosco? Se é um respiro que a gente tem? Gente, e na educação – eu não minto – vocês sabem quando é que eu usei? Quando eu tinha 27 anos de trabalho porque, durante toda a minha vida, não tinha como fazer – foi lá no final no meu cronograma que foi usada. Então nós temos que discutir isso, Mauro, e fazer um *link* com os outros vereadores.

Nós temos que discutir e falar com os outros vereadores de Porto Alegre está 27.1 abaixo do piso nacional, e nós vamos discutir isso na valorização dos nossos professores, das nossas professoras – isso também tem que entrar na pauta geral desta Câmara. Nós temos que falar, Mauro, agora com nosso prefeito Melo – e vocês, vereadores desta Casa, principalmente do campo dele – do respeito à nossa data-base, do respeito que ele não assume tudo que o governo Marchezan não quis dar como se não fosse parte dele. Nós ficamos quatro anos recebendo somente o ar que respiramos, então, nós precisamos envolver o restante desta Câmara para discutir isso. E nós precisamos falar também sobre o córtex, que são pontos que ATEMPA e Simpa estão atentos, e nós gostaríamos que os vereadores da CECE pudessem nos apontar, em planejamento, como é que essa discussão vai poder se dar.

E, por fim, eu queria dizer – faço um convite à Cleusa, faço um convite às colegas – para os colegas que estão aqui que nós estamos desde dezembro, tentando conseguir uma agenda com a secretária de educação, para falar das questões que o CE nos aponta. Primeiramente, desmarcaram conosco dizendo, Mauro, que foi em função do prédio – até comentei com coronel: uma secretaria que não cuida do seu prédio fica difícil entender como é que ela vai cuidar de cada escola e de cada pombo, não é? Mas tudo bem, cancelaram as nossas vindas. Mandamos ofício para o prefeito Melo, novamente, não tivemos retorno. Na semana passada, hoje faz 12 dias, estivemos com o chefe do gabinete do Melo, o coronel, que nos prometeu que, em 10 dias, faria uma agenda para a gente conversar com a secretária e nós não tivemos retorno até hoje. Porque que eu estou trazendo isso, gente? Isso eu estou trazendo é para os nossos colegas da

rede saber, tanto a ATEMPA, como o Simpa está atenta sim a toda essa situação em que muitos momentos a SMED não está, e nem o governo, a cuidar dos seus profissionais. E não é dó da educação, mas hoje eu vou me ater a isso. Então esse seria o dever de casa que a gente gostaria de deixar para a CECE.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Eu só queria dizer aqui algumas poucas palavras, para a professora Roselia principalmente, e dizer o seguinte: nesta Casa aqui, nem todos os vereadores são iguais – não é, Ver. Mauro e Ver. Giovanni – cada um tem a sua dinamicidade. Então, assim, a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude está muito aberta a conversar. Se estamos aqui é porque a demanda da população chega até nós, a gente está aqui até o fim da tarde ouvindo e a gente deseja encaminhar e fazer construções. Fica aqui o convite a todas as municipalidades e municipais a visitarem os gabinetes dos vereadores para conversar, porque o que que eu acho? Que muitos vereadores e vereadoras não sabem o que é a licença-prêmio, não sabem o significado disso para o médico, enfermeiro, professor, professora nessa situação atual. Muitos vereadores não sabem que a Prefeitura – e aí falo a Prefeitura, não é nem um governo, nem dois – deve 29% de reposição inflacionária nos salários. O que que é isso? Que hoje os servidores da Cidade recebem 29% a menos do que é direito deles, e aí estão incluídos também os cargos de confiança; todos os cargos de confiança que estão trabalhando na Prefeitura, não são só os servidores concursados. São todos esses trabalhadores, por que o cargo de confiança também. Eu não tenho nenhum cargo porque não faço parte do governo, mas eu estou falando aqui porque são pessoas que estão lá dedicando a sua vida, a sua profissionalidade a trabalhar pelo povo de Porto Alegre. Acho que muitos vereadores não sabem disso, acho que cabe conversar, trazer a informação. Então fica aqui uma proposta ao Simpa – Sindicato dos Municipais de Porto Alegre – que pode estar fazendo isso. Ficam aqui informações que são fundamentais. Agora, fica um resultado dessa reunião.

Eu acho que as colegas técnicas, que vieram aqui hoje, não têm o poder de decisão; elas não decidem sobre o orçamento, que é a reivindicação maior. Não tem professor, escola, mais monitor, Bete Charão, sem ter previsão orçamentária. E eu acho sintomática a ausência da secretária, dos secretários-adjuntos aqui, é sintomática por quê? Porque talvez a inclusão não seja o tema central para o governo, embora esteja aqui a Josiara, que é coordenadora, que a gente conhece já de longa data como profissional da educação, atuando lá na Restinga – região em que eu atuei também durante muito tempo.

Eu acho que o governo, por meio da secretária, está pecando nesse momento, e quero dar um relato, Mauro, talvez tu não saibas que a Secretaria de Educação não estava facilitando para os lobóticos irem até os Estados Unidos. Teve muita pressão que não saiu a público, pressão de bastidores, ligações, inclusive teve vaquinha; teve parlamentar apoiando vaquinha que juntou mais de R\$ 20.000,00 para garantir que eles ficassem um pouco mais de tempo lá. Teve um esforço da sociedade civil até que chegou o momento em que o governo entendeu, o governo daí entendeu por que tinha uma pressão popular. Às vezes, quando tu não conheces a experiência por dentro da escola – aquilo que eu disse antes –, os vereadores e o prefeito têm que ir dentro das escolas, mas eu sei que isso é difícil. Eu digo para vocês, eu sei que isso é difícil, mas tem que pressionar a classe política para ir. Até porque – eu não estou dizendo aqui que todos os vereadores trabalham da mesma forma, mas eu conheço vários vereadores de direito e de esquerda, e, dependendo da sua pauta, tem gente que trabalha, trabalha muito e vai em muitos lugares, e tem gente que não faz nada, tem gente que faz pouco. Então não dá para a gente ideologizar esse debate. Esse é o debate de o que que tu decides fazer depois de eleito. Então não tem a ver com direita ou esquerda; olha, se nós estamos aqui neste momento, na comissão de educação, é porque a gente tem esse interesse de encaminhar e ajudar a construir. Então contem conosco. Essa é a minha impressão, e quero deixar para o Mauro também.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Quero agradecer, porque, a cada vez que a gente tem uma reunião da CECE, a gente aprende um pouquinho mais; a gente tem que estar sempre aprendendo, e a gente sabe das dificuldades, mas escutando principalmente as duas diretoras que falam mais com o coração, a gente vê que o problema não é um só, o problema é a conjuntura, às vezes, da localização, tem problema social, tem problema de segurança, tem problema de estrutura, tem problema de RH. Então é um conjunto de problemas que vão além do que seria para a comissão de educação, mas a gente aqui está disposto, e pelo menos escutou uma voz de vocês dizendo que precisávamos escutar, nós escutamos bastante, já vão ser 17 horas, estamos há 3 horas escutando. Então a gente tem feito isso todas as terça-feira, tem escutado vários temas aqui, tem procurado dar tempo para as pessoas falarem, até para poderem desabafar, porque às vezes já faz uma sessão de psicologia aqui, já fala, já desabafa e já fica mais tranquilo para voltar a trabalhar. A gente está aqui para tentar ajudar; nós, aqui, como vereadores, a gente tem a função de escutar, tem as leis, mas aqui não é nenhum caso de lei, mas a gente pode fazer a intermediação com o Executivo, que a gente tem procurado fazer isso escutando, até para saber por onde a gente pode ajudar; a nossa primeira ação aqui da comissão foi chamar os secretários das pastas para dar a oportunidade de eles falarem, para falarem sobre as suas secretarias, para gente entender o que que eles tinham. Eu tenho procurado visitar algumas escolas, não só dá rede mas as escolas parceirizadas, para a gente poder entender um pouco do que que está se passando. Tem me preocupado muito essa questão dos monitores, porque a gente sabe, eu escutei muito lá na ponta, ouvi as pessoas falando, os profissionais que atendem, que a questão do laudo, porque nem sempre tem laudo, às vezes tem dois com laudo, mas tem 4, 5 que se fizerem o exame vai ter laudo, e a questão dos monitores, são poucos monitores, mas também tem outra questão, principalmente nas escolas parceirizadas, se encher de monitor não tem espaço, as escolas muitas vezes não tem nem espaço para receber todos os monitores, se forem colocar lá, conforme a lei... Então é uma outra dificuldade.

Tem a outra questão que não é a pauta aqui hoje, mas também nos preocupa, que é a falta de profissionais nas escolas parceirizadas, e muito porque eles não recebem como professor, recebem como técnicos. Então está se criando uma questão. A Prefeitura, não deste governo e nem do governo passado, mas de muitos governos vêm investindo nessa questão da Educação Infantil pelas parceirizadas e não pelos profissionais concursados, e muitos foram se qualificando; essas pessoas que atendiam, num primeiro momento, elas não tinham a necessidade nem de ter formação, pegava e iam indo de qualquer jeito, depois a SMED foi ajudando a dar a formação, dar condições para que essas pessoas estudassem, elas estudaram, se qualificaram, o ensino está melhor, de melhor qualidade, só que agora eles são profissionais qualificados e eles querem receber como tal, e hoje não recebem. E aí o que está acontecendo é que eles estão saindo das escolas parceirizadas e estão indo para as escolas particulares, estão indo para outros lugares, e acaba faltando gente lá para trabalhar. Então está uma dificuldade muito grande. Nos preocupa, porque é uma obrigação do Estado de dar Educação Infantil principalmente, e que a gente sabe o quanto é fundamental na formação desse jovem, até para quando ele chegar no Fundamental ele já ter um preparo melhor, e o acontecendo é que nós estamos tendo dificuldades por falta de profissionais. Então vai pecar na qualidade quando chegarem lá no Fundamental, já vai dificultar mais ainda a vida do professor, da diretora. Então a gente tem uma série de coisas que a gente está escutando e está nos preocupando. A gente já conversou entre nós aqui de, mais no final do ano, tentar fazer algum seminário, escolher algumas pautas para a gente fazer um seminário, para convidar todos, convidar a SMED, trazer pessoas de fora para nos ajudar a falar, de diversos pensamentos, para a gente poder fazer, até para a gente pensar que rumo vai tomar. Acho que o planejamento de 2023 ainda está se buscando resolver os problemas, quando, na verdade, já era para ter resolvido e nós já estarmos pensando em 2024, e não estou dizendo que é culpa, mas vem vindo, atropelado, mas nós tínhamos que estar com tudo certo e estar pensando agora e discutindo o que que nós vamos fazer para 2024. Nós ainda estamos discutindo como é que vai completar a escola se ainda está

faltando professor, se é por concurso se é por contratação, se o contratado vai, como é que vai fazer.

Tem essa questão da LP que está aqui, eu não acredito que vai passar, acho que vocês podem ficar tranquilas, eu acho que não passa, na minha opinião, pelo o que eu convivo com os vereadores, acho difícil passar, eu acho que vocês têm que fazer um certo acordo com os vereadores dizendo: “Ah, até pode passar isso, mas então vocês têm que recompor isso...” Dar opções, fazer uma negociação, não ser tão contra ou tão a favor. Eu acho que vocês têm que tentar achar uma forma, os vereadores gostam de negociar, vocês agora estão no primeiro ano aqui de vocês, mas nós estamos vendo que se tiver uma negociação, o vereador gosta, de não ir nem contra um e nem contra o outro. Então se tu ofereces: “Não, se for por esse caminho aqui nos serve...” Eu acho que é melhor, porque quando vocês vêm naquela, ou o sindicato vem naquela ideia de que é zero ou não queremos nada, acaba ficando o zero. Então é muito melhor negociar. Eu sempre fui negociante, eu acho que a gente gosta de negociar. É uma opinião minha. Então se vocês vierem...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Não, mas é que se vocês oferecem alguma coisa para a gente poder também né, porque tem uma pressão de um lado e uma pressão de outro. Então se tem a oferecer alguma coisa fica mais fácil de a gente ter uma saída, não só dizer: “Não, nós queremos que vote...” Mas eu acho que a LP é difícil passar este ano, e, se não passar este ano, ano que vem pior ainda de passar. Essa é uma opinião minha.

Quero agradecer a presença de todos, da Josiara, acho que tem bastante domínio, a gente vê que tu dominas, também é importante a gente ouvir vocês falarem, mas às vezes está faltando ir no ponto do que realmente a gente quer, viu, Jonas. “Ah, nós estamos com problema de monitor. Como vamos resolver?” Eu sou meio pragmático assim, a gente escuta, acho que nós estamos num primeiro momento escutando e entendendo, mas a gente tem que ir para um

ponto assim né: “Oh, temos falta de tantos... Como que a gente vai resolver...” Mesmo que a gente não consiga resolver num primeiro momento, mas que a gente consiga planejar de como vai resolver a longo prazo. A lei diz isso, nós temos isso, falta isso; nós temos que tentar fazer e acordar para buscar mais recurso. A Prefeitura, tenho certeza que se o prefeito não põe não é porque não quer, a secretária. Então a gente tem que chegar num acordo ali e dizer: “Olha, a nossa necessidade, pela lei, são tantos, nós temos tantos, faltam tantos, os nossos recursos não dão para isso, mas se nos programarmos para o ano que vem e fazer dessa forma...” Então eu acho que a gente tem que tentar propor, ser objetivo e dizer o que que a gente realmente quer. Então, claro, fizemos algumas reuniões aqui, duas ou três, sobre essa área, e a gente está buscando ainda...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): É, eu estou tentando trazer aqui o Cezar Miola, que é um conselheiro que tem um raio X sobre a educação; eu já estou até fazendo contato para convidar ele para vir aqui, até porque ele estava falando sobre o raio X da educação no Estado, e se tem do Estado tem do Município, para a gente ter dados, até porque daí é um órgão que, a princípio, ele não tem nem viés político. Então a gente consegue escutar melhor para a gente ir posicionando os vereadores aqui, apesar dos vereadores serem dos mais diferentes partidos aqui, a gente tem procurado dialogar bastante, temos chegado em acordos, tivemos êxito em um acordo que a gente fez aqui da questão da defensoria, e a gente espera que fique acima dos partidos a questão da educação, que a gente consiga discutir a educação como um bem maior para todos. Todo mundo fala que é prioridade, prioridade, prioridade, para a gente tentar priorizar aqui de chegar nos consensos mais possíveis, independentemente de partido político, de ideologia. Claro que alguns pensam que tem que ser de um jeito, outro do outro, mas tentar ir equalizando o máximo

possível, para a gente poder melhorar a qualidade do ensino, que eu tenho certeza que daí todos nós pensamos da mesma forma, de melhorar a qualidade. Então acho que era isso. Não sei se tem mais alguém, acho que podemos encerrar.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Só no sentido de encaminhar aquele pedido de providências, Mauro, pela comissão. Por que o que que aconteceu? Eu propus antes da Cleusa falar, dar a informação. A SMED já mandou para o comitê gestor o pedido de 208 monitores. Então a SMED quer nomear 208 monitores e cerca de 200 estagiários. Então isso está no comitê gestor. O que que acontece? Mais de 200, a Josiara está falando. Então o que que acontece? Isso está no comitê gestor, que não entende de educação, entendo de gestão, talvez financeira, gestão de planejamento. Então acho que a gente, como comissão, deve endossar esse pedido da SMED. A SMED está pedindo 208. Então vamos apoiar para pressionar o comitê gestor para eles se sensibilizarem, e apoiar a SMED nessa demanda. Eu acho que isso nós podíamos fazer, naquele sentido que a gente fez, te lembra, da moção, acho que nós podemos fazer nessa mesma linha, é a minha sugestão de caminhamento.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Podemos pegar o documento da SMED e dizer que a comissão apoia a SMED junto ao governo, que daí nós estamos juntos apoiando a SMED, que quer colocar mais monitores e estagiários. Muito obrigado. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 17h.)